Universidade Federal Fluminense

PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

UFF & SOCIEDADE

Revista da Pró-Reitoria de Extensão

VOLUME 01 . EDIÇÃO 03 . 2023

Catalogação na fonte pela UFF / SDC / CBI

R454 Revista UFF & Sociedade / Revista da Pró-Reitoria de
Extensão. Universidade Federal Fluminense. – vol.1, n.3 (jun.2023).
-- Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2023.

Semestral.
Publicação online.
Editora : Lucíola Rangel de Luca.
Editor-Assistente : Santhyago Camello.

1.Extensão Universitária. 2. UFF & Sociedade. 3. Periódico
Extensionista . 4. Universidade Federal Fluminense.
I. Universidade Federal Fluminense.Pró-Reitoria de Extensão.
II. Luca, Lucíola Rangel de. III. Camello, Santhyago.

CDD 23.ed. – 378.175

Bibliotecário responsável: Ilva Pereira Lima Becker – CRB7/4723

UFF & SOCIEDADE
Revista da Pró-Reitoria de Extensão

Revista da Pró-Reitoria de Extensão | Universidade Federal Fluminente
n.03, 2023

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos
Pró-Reitor de Extensão: Leila Gatti Sobreiro

EDITORA
Lucíola Rangel de Luca

EDITOR-ASSISTENTE
Santhyago Camello

CORPO EDITORIAL
Alfredo Carlos Stork (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Ana Inês Sousa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Ana Liz Souto Oliveira (Universidade Federal da Paraíba)
Angelica Carvalho Di Maio (Universidade Federal Fluminense)
Carlos Augusto Peregrino (Universidade Federal Fluminense)
Daniel S. Chaves Ribeiro (Universidade Federal do Amapá)
Francisco Brinati (Universidade Federal de São João Del Rei)
Jairo Werner (Universidade Federal Fluminense)
Janaína de Assis Rufino (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais)
Jorge Luiz Lima da Silva (Universidade Federal Fluminense)
Liércio Pinheiro de Araújo (Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas)
Marcelo Jasmin Meiriño (Universidade Federal Fluminense)
Marcio Cataldi (Universidade Federal Fluminense)
Margareth Martins de Araújo (Universidade Federal Fluminense)
Paula Land Curi (Universidade Federal Fluminense)
Priscilla Oliveira Silva Bomfim (Universidade Federal Fluminense)
Renato Rodrigues Neto (Universidade Federal do Espírito Santo)
Rosa Maria Vicari (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

APOIO TÉCNICO
Edilson Pinheiro
Silvia Ferreira

REVISÃO DE TEXTOS
Santhyago Camello
Helena de Aquino Freitas Almeida Souza

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
Bárbara da Paz Ferraz Santos

SUMÁRIO

5 EDITORIAL
Lucíola Rangel de Luca

6 FAZENDO BALBÚRDIA: A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PARA POLÍTICAS ESTUDANTIS
Carlos Victor Nascimento dos Santos; Victória Araújo de Castro; Joana Carolina Westrup de Andrade; Gabriel Duarte Vilela

17 PRÉ-UNIVERSITÁRIO OFICINA DO SABER – PERSPECTIVAS
José Nilton de Sousa; Hugo Farias de Sousa

26 APRENDIZADO JURÍDICO JUNTO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
Fabianne Manhães Maciel; Gisele Carvalho da Silva Costa Nogueira; Marina Knust da Silva

34 METODOLOGIA ATIVA E PERSPECTIVA DE GÊNERO EM FORMAÇÃO VOLTADA PARA O MERCADO FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO
Tatiana de Abreu Moura; Marcos Alexandre Teixeira

48 EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO HUMANA NAS OFICINAS INTEGRADAS EJA-UFF
Bruno Vale Nobre Batista; Yasmin Melo Santos; Alessandra Daflon dos Santos; Bruno Ferreira Teixeira; Christiane Sheyla Magalhães de Mattos; Abigail Rodrigues dos Santos Nepomuceno; Aline Soares Teixeira Santos; Emily da Conceição de Santana; Iasmim Oliveira dos Anjos; Paloma Vasconcelos de Queiroz; Sulla Rodolpho Pinto

58 POLÍTICA EDITORIAL

EDITORIAL

Coordenadora de Divulgação e Difusão da Extensão

Lucíola Rangel de Luca

Neste ano, por determinação do Ministério da Educação (MEC), a extensão universitária passou a fazer parte dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação das universidades brasileiras. Muitas dúvidas, uma certa insegurança e um pouco de insatisfação rondaram salas, corredores e invadiram a internet. Foi preciso sair da zona de conforto, e as reflexões foram muitas e dividiram opiniões. "Precisa mesmo?", "Não vamos conseguir!" e "Para que isso, gente?".

A extensão, enquanto instrumento de interação entre a universidade e a sociedade e, ainda, como articuladora do ensino e da pesquisa, possibilita a construção do conhecimento com base na ciência e nas necessidades da sociedade. Ela rompe a barreira dos livros – e agora também das telas – e coloca as teorias em prática. Nesse processo de ensino-aprendizagem, o estudante torna-se protagonista e avança no reconhecimento da importância da sua atuação junto à sociedade.

Neste número da Revista UFF & Sociedade, os textos remetem à importância da formação precoce de indivíduos conscientes, críticos e que clamam por uma sociedade mais justa e pacífica; fundamentam a urgência da inclusão, seja da população vulnerável no ensino público, seja da participação da mulher no mercado de trabalho; e um deles apresenta a organização de um movimento estudantil e suas influências. O que eles têm em comum? O esforço e o desejo de êxito no combate à segregação e à exclusão social.

Num tempo onde o poder é a produção de conhecimento, o reduto da universidade abre-se definitivamente à participação do desenvolvimento social por meio da ciência, educação e inclusão. Certamente não será a extensão a responsável por solucionar as questões sociais do país, nem lhe cabe tamanha responsabilidade. Mas o ensino integrado à realidade social é capaz de formar profissionais comprometidos com a equidade social. E isso muda tudo!

Convido você à leitura dessas experiências extensionistas enriquecedoras.

FAZENDO BALBÚRDIA:

A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PARA POLÍTICAS ESTUDANTIS

Carlos Victor Nascimento dos Santos[1]
Victória Araújo de Castro[2]
Joana Carolina Westrup de Andrade[3]
Gabriel Duarte Vilela[4]

[1]Professor do Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Constituição, Justiça e Cidadania (NEPCON). Doutor em Direito pela PUC-Rio.

[2]Bolsista do Curso de Extensão em Formação de Lideranças em Políticas Estudantis. Bacharelanda em Direito na Universidade Federal Fluminense.

[3]Voluntário no Curso de Extensão em Formação de Lideranças em Políticas Estudantis. Bacharelando em Direito na Universidade Federal Fluminense.

[4] Voluntário no Curso de Extensão em Formação de Lideranças em Políticas Estudantis. Bacharelando em Direito na Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência sobre o processo de criação e desenvolvimento do Curso de Extensão intitulado "Formação de Lideranças para Políticas Estudantis". O processo de idealização, a criação, a implementação e os possíveis impactos da proposta são detalhados de forma a estimular reflexões acerca de temas como o combate ao bullying nas instituições de ensino, a organização e voz política do movimento estudantil e a necessidade de mudanças na realidade social a partir de maior conscientização, preparo e protagonismo de importantes atores da história brasileira: os estudantes. Como resultado, vários estudantes receberam uma formação capaz de instruir a criação de uma agremiação estudantil, contribuindo diretamente a construção de uma rede solidária de combate à segregação e exclusão social por meio do estímulo à recolocação do estudante no status que jamais deveria ter deixado de ter: o de um agente transformador da realidade social.

Palavras-chave: formação de lideranças; políticas estudantis; política; justiça; cidadania.

ABSTRACT

This paper aims to present an experience report on the process of creation and development of the Extension Course entitled "Leadership Training for Student Policies". The process of idealization, creation, implementation and possible impacts of the proposal are detailed to stimulate reflections on topics such as fighting bullying in educational institutions, the organization and political voice of the student movement, and the need for changes in the social reality based on the preparation and protagonism of important actors

of Brazilian history: students. As a result, many students received training sessions capable of instructing the creation of a student association, contributing to the construction of a solidarity network to fight segregation and social exclusion by encouraging the placement of the studentback in the status that they should never have ceased to have: that of a transforming agent of the social reality.

Keywords: leadership formation; student policies; politics; justice; citizenship.

INTRODUÇÃO

Segundo pesquisas recentes produzidas pelo Governo Federal, o bullying e a violência entre os estudantes ocorrem em cerca de 10% das escolas brasileiras. De acordo com a mesma pesquisa, 59,5% dos casos mencionados se intensificam a partir dos anos finais do Ensino Fundamental. Como medida preventiva, os professores dedicam os espaços que possuem com os alunos para propor reflexões sobre a diversidade cultural e, assim, aumentar a conscientização de seus alunos. E um dos dados que mais se destaca na referida pesquisa é: dos professores entrevistados, 81% afirmaram que as instituições de ensino em que trabalham promovem ações de combate ao bullying e violência nas escolas por meio da organização de eventos multiculturais (dados retirados de pesquisa realizada pelo INEP em 2021), o que destaca a mobilização das instituições de ensino em prol do combate à violência e discriminações das mais diversas naturezas.

A realização de eventos é uma medida inclusiva ao convidar a comunidade ao redor da instituição para o seu interior a fim de obter ainda mais conhecimento, desenvolver a escuta qualificada e tolerância e, sobretudo, estimular a produção do conhecimento a partir do convívio, interação e experiência acumuladas neste processo. Muito embora a iniciativa surja principalmente das próprias instituições de ensino, todo o processo poderia se tornar facilitado se a instituição escolar fosse também fortalecida por iniciativa de seus próprios alunos (ROITMAN, 2016).

Neste contexto, o curso de extensão de Formação de Lideranças para Políticas Estudantis surge como uma medida de fortalecimento das instituições de ensino por iniciativa e ações concretas de seus próprios estudantes mobilizados política e academicamente em prol não apenas de interesses próprios, mas principalmente da melhoria da qualidade de ensino e formação estudantil de cada um deles.

E, para que a referida proposta seja mais bem compreendida, as próximas páginas explicitarão o processo de criação e implementação do curso de extensão a partir de descrições capazes de destacar muito brevemente: o contexto atual da realidade política e social brasileira, relacionado sempre à organização política e ao movimento estudantil, além do empenho intelectual e

mobilização social necessárias à realização do referido curso. Por fim, serão destacados alguns dos principais desafios enfrentados à realização do curso e algumas das principais lições e aprendizados por ele deixados.

Assim, espera-se que o relato de experiência aqui seja capaz de instruir e mobilizar estudantes ao livre exercício da sua manifestação de pensamento, liberdade de expressão e cidadania na sociedade brasileira (COSTA, 2000). Consequentemente, as instituições de ensino poderão ganhar um importante ator no combate às desigualdades, discriminações dos mais diversos tipos e, sobretudo, ao bullying e violências no âmbito de suas escolas: os seus próprios estudantes politicamente organizados.

1. Como promover atividades inclusivas e reflexivas diante de um contexto de incertezas na gestão do ensino e na produção do conhecimento?

Diante do cenário atual de rediscussão do ensino à distância, trabalho remoto, *home office* e utilização cada vez mais intensa de recursos tecnológicos capazes de facilitar a administração do tempo e das tarefas que cada uma das pessoas possuem em seu dia a dia, impulsionados ainda pela pandemia causada pela Covid-19, a intensificação das interações virtuais no convívio social ganha especial destaque na sociedade. Atribuindo enfoque à educação brasileira, impactada sobremaneira pelo atual cenário, o ensino à distância (UNESCO, 1997) e o ensino remoto (PETERS, 1973 apud NUNES, 1993; KENSKI, 2003) têm ganhado os holofotes da mídia e dividido a centralidade das discussões públicas juntamente com o impacto econômico do isolamento social a partir das mudanças forçadas na forma de gerenciamento das atividades laborais.

A partir do estímulo natural à utilização de recursos próprios da educação à distância, o ensino presencial passa a ser rediscutido em suas múltiplas faces, como: (i) o acesso amplo e irrestrito à internet pelos alunos e professores para conduzirem suas atividades de forma remota e à distância; (ii) a preparação de alunos para lidarem com novas ferramentas, inclusive tecnológicas, aplicadas ao ensino; (iii) o tempo destinado à formação de professores e preparação de alunos para as interações previstas e necessárias à manutenção do ensino à distância, ainda que de forma temporária; (iv) as competências técnicas e administrativas de gestores do ensino para mediarem todo esse cenário; (v) a sensibilização das instituições de ensino às dificuldades encontradas pelos atores nesse difícil processo de mudança repentina na forma de aprender e mediar a produção do conhecimento frente à competitividade estimulada entre elas pelo mercado (FERREIRA; e CARNEIRO, 2015, p. 220); (vi) a falta de recursos financeiros e tecnológicos necessários à condução qualificada deste processo; (vii) a disponibilidade e conhecimento de pais e responsáveis para colaborar no processo de redesenho das formas de produção do saber; e, é claro, (viii) a receptividade de todos estes atores frente a todas essas mudanças em um curto espaço de tempo.

Em outras palavras, o próprio contexto social se tornou o principal limitador de práticas inclusivas, capazes de transformar o cidadão como protagonista tanto do processo de produção do conhecimento quanto participante assíduo do processo de deliberação pública sobre temas que impactam diretamente em suas vidas, o que dificulta o exercício de seu papel social como agente garantidor de transformações sociais. Essas foram algumas das principais motivações para, com a utili-

zação das ferramentas e infraestrutura oferecidas pela universidade, criar atividades que aproximem a universidade (ALONSO, 2010) – considerada uma das maiores responsáveis por criar reflexões críticas por meio da produção do conhecimento científico – , com pessoas que não se enxergam como parte fundamental deste projeto e processo de mudança social.

E um dos maiores desafios foi idealizar um projeto ou curso capaz de alcançar tais objetivos, ainda que diante das limitações impostas pelo atual cenário de isolamento social e seu impacto na educação brasileira. Isso porque, à época em que foi idealizado, no semestre de 2021, o cenário pandêmico ainda era bastante incerto, mesmo diante de avanços com a criação, compra, distribuição e aplicação de vacinas contra o coronavírus – o que deveria ser considerado quando diante da realização de propostas de atividades extensionistas para o semestre seguinte.

Neste contexto, optou-se, de forma bastante experimental, por criar uma formação a ser oferecida ao nosso público alvo de forma remota. E, apesar da complexidade que o atual cenário nos impõe, foi assumida a responsabilidade de criar uma proposta capaz de alcançar diferentes públicos, como os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. O principal objetivo foi oferecer uma instrução capaz de alcançar diferentes interesses a partir do argumento constante do necessário aumento de participação política no processo de deliberação pública desses importantes atores. E, dentre todos os formatos possíveis, optou-se por criar um ambiente acolhedor, reflexivo e sobretudo inclusivo, a partir do oferecimento de um espaço dialógico de produção do conhecimento independente de níveis e segmentos do ensino, com a discussão de temas transversais e fundamentais às mudanças sociais tão necessárias em nosso país.

Neste sentido, a utilização do meio virtual funcionou como um verdadeiro laboratório para mapearmos o interesse da comunidade escolar em uma formação deste teor, a aceitação e adesão ao curso por parte dos alunos e suas escolas, o perfil do público alcançado por meio da plataforma digital e, sobretudo, analisar os pormenores de como as plataformas digitais podem contribuir na educação e formação estudantil a partir da condução do ensino e da aprendizagem de forma remota e à distância (FERREIRA; e CARNEIRO, 2015), além de como esse processo tem sido conduzido por meio das mídias digitais (BARBOSA, 2011). Isso permitirá a utilização de estratégias específicas para o alcance do público alvo e estímulo à interatividade entre os atores envolvidos no projeto de extensão.

2. A idealização do projeto enquanto um instrumento de avaliação da própria prática docente

É inevitável que, diante de todos os obstáculos enfrentados pelos professores em um período de isolamento social, em razão da pandemia causada pelo coronavírus, a prática docente seja necessariamente repensada para melhor se adaptar às novas condições e limitações sociais. Do contrário, ela jamais poderia continuar a ser tratada como inclusiva e transformadora. Diante desse novo contexto, foi preciso desenvolver maior sensibilização, principalmente sobre o papel a ser exercido pelo professor na educação à distância (EaD), até a difusão da percepção de que não somos e não devemos ser protagonistas de um processo de ensino ou mera transfe-

rência de saberes e experiências. O professor (não apenas, mas principalmente) na educação à distância é, na verdade, um gestor do processo de construção do conhecimento.

Além disso, é preciso se atentar às particularidades do aluno da EaD, não bastando que arquivos em .pdf sejam inseridos numa plataforma, é preciso um cuidado especial na aproximação com esse aluno, apresentando cronograma antecipado das atividades, videoaulas, casos concretos, exercícios, revisões e, finalmente, interação real e instantânea com encontros síncronos em plataformas de fácil e dinâmico acesso. A independência que se espera desses mesmos alunos precisa ser construída com a participação direta do professor, auxiliando o aluno a encontrar a melhor e mais fácil forma de produzir o conhecimento que tramita em torno da área que deseja estudar e se formar. Foi diante desse contexto e percepção sobre a prática docente que o professor e também coordenador do curso de extensão precisou assumir a responabilidade de atuar diretamente nesse campo, apresentando instrumentos capazes de organizar estudos, materializar conhecimentos e, principalmente, transformar intuições acadêmico-profissionais em problemas concretos de pesquisa passíveis de análise e aprofundamento.

Desse modo, o curso de extensão foi pensado e organizado a partir da utilização de mídias digitais capazes de estimular e facilitar a interação entre diferentes públicos, tendo por base um tema de interesse comum a todos: um curso para alunos da Educação Básica e Ensino Superior criarem suas próprias agremiações estudantis e, consequentemente, garantirem sua representação no processo de participação e deliberação pública de temas que lhes são afetos. Assim, o curso, que inicialmente teria o nome de "Bora fazer balbúrdia!" como forma estratégica de obtenção de maior apelo e adesão social, foi substituído por outro, para evitar possíveis represálias e conotações negativas, capaz de sintetizar toda a ideia a ser transmitida: "Formação de lideranças para políticas estudantis".

O conteúdo do curso foi criado e distribuído de modo a: (i) alcançar o interesse dos diferentes públicos participantes; (ii) gerar menor desequilíbrio nas relações estabelecidas; (iii) apresentar conhecimentos mínimos e necessários à compreensão do papel político a ser exercido pelos estudantes na sociedade; (iv) estimular a criação e manutenção de agremiações estudantis; e (v) demonstrar a importância do papel a ser exercido pelo estudante como um dos agentes garantidores de transformações sociais.

Para tanto, o curso foi ministrado em dez encontros síncronos, realizados uma vez a cada semana na plataforma digital "Google Meet". A ementa do curso poderia ser facilmente definida por meio da concentração em três grandes módulos: (i) Formação em Política, onde os alunos tiveram a oportunidade de compreender o seu significado e representatividade na sociedade; (ii) Formação em Justiça e Poder Judiciário, onde os alunos aumentaram a percepção sobre como o campo jurídico é capaz de orientar a organização e mobilização social em prol de direitos; e (iii) Formação em Cidadania, oportunidade em que os alunos foram submetidos à discussão de temas capazes de aguçar as suas percepções sobre como atuar política e socialmente diante de matérias de grande relevância e impacto social sobre suas próprias vidas.

O seu conteúdo programático foi distribuído da seguinte forma:

FORMAÇÃO EM POLÍTICA

- O que é um grêmio estudantil?
- O que é e como fazer política?
- Ideologias de direita, esquerda e centro.
- Eleição, campanha eleitoral e programas "de governo".
- Poderes de Estado.
- Funções típicas e atípicas (freios e contrapesos).
- As políticas públicas e seu ciclo.
- Marketing político.

FORMAÇÃO JURÍDICA

- Poder Judiciário e Órgãos auxiliares da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e Delegacias).
- Hierarquia das leis e seus conflitos.
- A Constituição e seus direitos subjetivos.
- Legislação específica sobre a previsão e Formação de grêmios estudantis.
- Direito Civil: capacidade, personalidade e ato ilícito.
- Responsabilidade civil.
- Introdução aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
- Crimes: plágio, contra a honra, corrupção ativa e passiva, prevaricação, contra a mulher e desobediência civil.

FORMAÇÃO EM CIDADANIA

- O que é cidadania?
- Agressões físicas, verbais e psicológicas contra grupos vulneráveis.
- Tema I: Violência e bullying nas escolas.
- Tema II: Comunidades ou favelas?
- Tema III: Racismo.
- Tema IV: LGBTQIA+.
- Tema V: Violência contra mulheres.

Por fim, o processo avaliativo do curso foi definido como observação à participação direta e ativa dos alunos nos encontros realizados e frequência de, no mínimo, 75% de todos os encontros, o que representaria oito dos dez projetados.

Mas, como nem todas as nossas projeções ocorrem do modo esperado, todo o cenário idealizado enfrentou alguns desafios à sua implementação, o que não significa que eles tenham gerado prejuízos. Ao contrário, tais questões transformaram o espaço dialógico criado em um ambiente caracterizado pela empatia, alteridade e sensibilidade de todos os envolvidos e interessados na execução do projeto, conforme será mais bem explicitado no tópico a seguir.

3. A reação do público à realização do curso de Formação de Lideranças para Políticas Estudantis

Antes mesmo de montar o curso e o seu conteúdo programático, alguns professores e amigos foram consultados sobre a possibilidade de contribuição com ao menos uma participação nos encontros. A ideia era que, ao definir o conteúdo a ser ministrado, cada um deles pudessem discuti-los dentro de sua grande área de interesse. Prontamente, todos aceitaram com empolgação o convite, mas deixando claro o enorme desafio que teriam pela frente: apresentar e discutir um conteúdo para públicos bastante diversos e em estágios diferentes de maturidade intelectual: alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Ensino Superior.

Para contribuir à superação deste enorme desafio à prática docente e criar um ambiente mais leve e de maior conforto aos palestrantes e alunos, optou-se por adotar estratégia muito utilizada nas mediações extrajudiciais de conflitos e nas facilitações de diálogos: desestimular qualquer prática de contraditório e focar principalmente na compreensão e explicação dos fenômenos a serem discutidos. Assim, seria possível criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, capaz de alcançar os diferentes públicos-alvo. Todos os palestrantes aderiram à ideia, cabendo principalmente ao mediador manter esse mesmo tom independente dos temas a serem discutidos.

Após a organização do curso, foi estabelecido que os encontros seriam sempre às sextas-feiras, das 17h às 18h30, por diversas razões, tais como: (i) disponibilidade dos palestrantes; (ii) maior disponibilidade de alunos da educação básica, por estarem encerrando o horário de aulas no colégio; e (iii) por ser um período de transição das aulas vespertinas e encerramento dos estágios e trabalhos de alunos do Ensino Superior. Em seguida, foi realizada ampla divulgação, principalmente por meio das mídias digitais, como Instagram e Facebook, além do envio de e-mails para escolas públicas dos municípios de Macaé e Rio das Ostras (em razão da proximidade com o Departamento ao qual o curso de extensão estaria vinculado). Como resultado, as 200 vagas oferecidas foram esgotadas em apenas quatro dias.

Dos inscritos, destaca-se o fato de 133 terem declarado ser do sexo feminino, com predomínio de inscrições na região sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo), mas tendo representações da região norte (Rondônia) e nordeste (Bahia). A diversidade nas inscrições resultou em aproximadamente 75% de todo o público matriculado no curso ser externo à Universidade Federal Fluminense, instituição promovedora da atividade extensionista. A partir daí, era só colocar em prática todo o planejado.

Apesar de o curso ter sido conduzido conforme o planejado, houve alguns contratempos com que tivemos que lidar. O primeiro deles foi dar início ao curso no mês de junho de 2022 e, em julho, paralisar as suas atividades em razão do necessário respeito ao recesso escolar. Acredita-se ter ocorrido possível quebra no ritmo e entusiasmo dos alunos cursistas, diminuindo a frequência quando do retorno às atividades no mês de agosto. A frequência diminuiu aproximadamente 30% do público que cursava antes do recesso. Mesmo diante do ocorrido, dos que permaneceram assíduos, todos participavam do início ao fim do evento, inclusive após a disponibilização da lista de presença, momento que costuma ocorrer maior diminuição da assiduidade.

Outro fator que também pode ter contribuído à diminuição da assiduidade foi o fato de, quando o curso foi idealizado e organizado (novembro/2021), não haver ainda previsão de retorno às atividades escolares 100% presenciais. Em razão disso, ele foi estruturado para ser 100% remoto. Mas, durante a sua execução, tivemos que lidar com o fato de que, após o recesso escolar de julho de 2022, as atividades escolares voltaram a ser 100% presenciais em quase todo o país. Isso dificultou o acesso à internet de muitos inscritos que se encontravam em deslocamento para as suas residências, instituições de ensino, locais de trabalho, estágios, ou ainda que não puderam se deslocar para ter a tranquilidade e segurança necessárias para acessar a internet.

Mesmo diante de todas as adversidades, a partir de análise dos formulários de respostas preenchidos pelos alunos no momento de inscrição e na lista de presença preenchida a cada encontro, foi possível perceber o alcance de um nível de satisfação geral dos inscritos no curso de aproximadamente 95%, com 100% de aprovação dos temas debatidos, 100% de aprovação para os tempos de duração do debate, e uma taxa de 90% dos inscritos afirmando que o curso contribuiu para seu conhecimento. Em relação ao público-alvo, dentre os frequentadores do curso, foi alcançada a marca aproximada de 40% de pessoas entre 11 e 16 anos, e aproximadamente 60% de pessoas a partir dos 17 anos. Dentre os que possuíam mais de 17 anos, todos estavam vinculados a uma instituição de nível superior.

A satisfação com o curso alcançou também um público além dos cursistas: os pais dos alunos, os quais costumeiramente enviavam e-mails como respostas às instruções de participação de cada um dos encontros, lamentando o fato de o filho não participar de um ou outro encontro e destacando a importância e qualidade do curso. Nos e-mails enviados, eram unânimes as manifestações de desejos que os filhos não ficassem reprovados por faltas em razão de considerarem o curso oferecido como fundamental na formação deles. Assim, além de justificar as faltas, os e-mails sempre solicitavam formas de acesso ao conteúdo perdido. Foi também por esse motivo que foi criado um canal no Youtube com a disponibilização de todas as aulas (NEPCON - YouTube), além do envio por e-mail do material utilizado e recomendado pelos professores nas palestras concedidas.

Esses últimos ficaram bastante empolgados com o projeto: ao receber o convite para participar, os professores mostravam empolgação com o curso, inclusive mudando a sua agenda pessoal e profissional para não deixarem de participar dos encontros. Nenhum deles recusou o convite feito. Foi notada uma preocupação especial dos professores em criar um discurso capaz de alcançar os di-

ferentes públicos em que se apresentariam. Para facilitar esse processo, a maioria deles preparou um material para apresentação de sua fala (em *powerpoint*, textos e vídeos) e utilizou um linguajar mais simples e acessível para oferecer uma discussão que alcançasse e agradasse a todas e todos. E o tom da fala, conforme mencionado anteriormente, foi o mais inclusivo possível, criando um ambiente agradável e de muita empatia, alteridade e solidariedade. Ao final de suas participações, todos os professores demonstraram enorme satisfação em participar do projeto, destacando a necessidade de o mesmo ser mantido para os próximos anos, adaptando-se inclusive ao formato presencial.

E não foi apenas o público envolvido direta ou indiretamente com o projeto que manifestou o seu apreço por ele, professores da Universidade Federal Fluminense e servidores técnico-administrativos que ficaram sabendo da sua realização fizeram contato para agendar reuniões a fim de conhecer mais o projeto. O principal objetivo era conhecer as dificuldades enfrentadas em sua realização e discutir possibilidades de implementá-lo em formato presencial, de modo a superar as barreiras tecnológicas que impediram o acesso a pessoas que verdadeiramente desejam cursá-lo. Parcerias foram propostas para implementar o curso no ano seguinte, como aproximação a grupos de estudo e pesquisa vinculados a outros departamentos de ensino, dentro da própria Universidade Federal Fluminense, além de proposta recebida por representante da Secretaria Estadual de Educação para implementar o curso presencial nos municípios de Macaé e Rio das Ostras. Enfim, todo o cenário descrito gerou enormes aprendizados e reflexões que demandam especial análise para continuarmos criando um ambiente inclusivo e de muita solidariedade para alcançarmos um público cada vez maior e mais interessado em mudar a sociedade por meio de sua participação mais ativa nas discussões públicas que impactam diretamente em suas vidas.

4. Considerações finais: lições e aprendizados que o projeto nos deixou

A política e movimento estudantil não apenas se revelam como formas específicas de busca pelo poder, mas principalmente de aumentar a conscientização por meio da produção do conhecimento qualificada a partir de discussões próximas ao cotidiano de cada um dos alunos e que impactam diretamente as suas vidas. Por meio da reflexão de ações concretas capazes de combater a desigualdade, o preconceito, a discriminação dos mais diversos tipos, a violência física e psicológica, os alunos poderiam desenvolver maior sensibilidade às causas sociais, envolvendo os seus familiares e amigos e gerando um círculo ainda maior de pessoas interessadas em superar tais problemas sociais.

O combate ao *bullying* e violência nas escolas, a população LGBTQIA+, o racismo, o aumento de menores infratores, a inclusão do jovem na política (POERNER, 1979), por exemplo, são temas amplamente discutidos na comunidade acadêmica, além de também o ser no meio político e jurídico. E, aproveitando o momento de maior profusão de informações veiculadas virtualmente, esse curso buscou alcançar estudantes de escolas públicas e particulares que apresentassem o desejo de obter uma formação política, jurídica e acadêmica sobre proteção e reivindicação a direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Assim, (i) com a participação de professores especialistas, mestres e doutores na condução das aulas, (ii) com a apresentação e discussão de casos práticos e pesquisas

em andamento ou já realizadas, além do estímulo à interação entre comunidade escolar e comunidade universitária, foram estabelecidas relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão tendo por base o objeto de estudo e pesquisa do presente projeto.

E a discussão de temas sensíveis na sociedade não pode ser evitada entre crianças e adolescentes, mas adaptada à sua compreensão e realidade, pois, quando diante da sua análise, se mostram bastante maduros e sensíveis à análise de questões que muitos apresentam receio em compartilhar com cada um deles. Os jovens precisam ser mais bem alcançados pelas discussões que afetam diretamente as suas vidas, não devendo ser ignorados nesse fundamental processo de discussão e deliberação pública (SEMPREBOM, 2008). Mas também não basta que apenas façam parte desse processo, é preciso que se sintam diretamente afetados ao ponto de assumir o protagonismo e a responsabilidade em lidar com temas tão sensíveis.

Esse é o sentimento que o Curso de Extensão "Formação de lideranças para políticas estudantis" buscou despertar ao atribuir especial enfoque na construção coletiva de uma Formação em Política, Justiça e Cidadania, estimulando a construção de uma rede solidária de combate à segregação e exclusão social por meio do estímulo à recolocação do estudante no status que jamais deveria ter deixado de ter: o de um agente transformador da realidade social ao qual está inserido.

Agora, basta-nos dar um grande salto ao passo seguinte, para além de ensinar como fazer: criar condições de acesso às ferramentas adequadas à criação efetiva e manutenção das agremiações estudantis em nossas instituições de ensino. É preciso darmos início às ações efetivas, instruindo os alunos a colocar em prática cada um dos passos apresentados e discutidos no curso, com a alteridade necessária de quem deve fazer política de forma inclusiva, solidária e de modo a transformar a sua própria realidade. Esse é um novo passo que começa a ser discutido e construído de forma coletiva como forma de continuidade ao projeto que se encerra. Esperamos que, em breve, tenhamos notícias positivas para toda a nossa comunidade. Contamos inclusive com o seu apoio!

REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.** Revista Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010.

BARBOSA, Juliana da Silva Dias; e BATISTA, Danilo Lemos. **As mídias sociais na educação.** In: V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", Eixo temático 8: Tecnologia, mídia e educação, 2011.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FERREIRA, Marcelo; CARNEIRO, Teresa C. J. **A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil.** Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 228-242, maio/jun. 2015. Disponível em: <Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07 >. Acesso em: 22 abr. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: Papirus, 2003.

NUNES, Ivônio Barros. **Noções de Educação a Distância.** Revista Educação a Distância, Brasília, n. 4, p. 7-25, dez./abr., 1993. Disponível em: http://www.educa dores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF. Acesso em: 20 mar. 2020.

PARANÁ. **Manual do Grêmio Estudantil.** SEED, 2012. Disponível em http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/

arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf. Acesso em: 13/06/2016.

PAVÃO, Gislaine Cristina; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Grêmio estudantil e gestão escolar democrática: considerações sobre o espaço de participação dos alunos em uma escola pública no noroeste do Paraná.** 2010. Disponível em http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/tcc_2010/gislaine_pavao.pdf. Acesso em: 13/06/2016.

PESCUMA, Derna. **Grêmio estudantil, uma realidade a ser conquistada.** Dissertação Universidade Pontifica Católica, São Paulo, 1990.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ROITMAN, Isaac. **Ocupação nas escolas.** 2016. Disponível em: http://www.anpg.org.br/?p=11827. Acesso em: 14/06/2016.

RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Educação. **Grêmio é fundamental: um guia para implementação.** Rio de Janeiro, jun. 2013.

SEMPREBOM, Sílvia Maria Pires; RIBEIRO, Fábio Viana. **Juventude e participação.** 2008. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/959- 4.pdf. Acesso em: 13/06/2016.

UNESCO. **Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas de qualidade.** Florianópolis: UFSC, 1997.

PRÉ-UNIVERSITÁRIO OFICINA DO SABER – PERSPECTIVAS

José Nilton de Sousa[1]
Hugo Farias de Sousa[2]

[1] Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Professor Programa Oficina do Saber/UFF
jnilton.uff@gmail.com
orcid.org/0000-0002-9946-3739

[2] Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em História Comparada UFRJ
hgfariasdesousa32@gmail.com
orcid.org/0000-0001-7218-2569

RESUMO

O Pré-Universitário participa do esforço coletivo de inclusão da população negra e/ou pobre no ensino superior público, reconhecendo a formação intelectual como variável importantíssima no combate às desigualdades sociais e ao racismo que permeiam a sociedade brasileira. Difere dos demais grupos que se envolvem com a temática pelo aspecto de pertencimento a uma universidade pública e por conter a preocupação com a formação do estudante universitário, seja como campo de estágio, atividade extracurricular ou mesmo participação voluntária. O ensaio expõe quatro aspectos que vêm demarcando o projeto ao longo de vinte e dois anos e, como tal, devem ser problematizados para melhores elucidações. São eles: o cotidiano; as cotas raciais; os alunos do Pré-Universitário e da Atualização; e autocondução, solidariedade e entorno.

Palavras-chave: acesso ao ensino superior; educação; racismo; desigualdade; população negra

ABSTRACT

The Pre-University Course participates in the collective effort to include the black and/or poor population in public higher education, recognizing intellectual formation as a very important variable in the fight against social inequalities and racism that permeate Brazilian society. It differs from the other groups that are involved with the theme due to the aspect of belonging to a public university and for addressing the concern with the formation of the university student, whether as an internship field, extracurricular activity, or even voluntary participation. The paper brings four aspects that have been marking the project throughout twenty-two years and, as such, they must

be problematized for better elucidation. They are: everyday life; racial quotas; Pre-University and Update students; and self-driving, solidarity and surroundings.

Keywords: access to higher education; education; racism; inequality; black population

APRESENTAÇÃO

O Pré-Universitário vem participando do esforço coletivo de inclusão da população negra e/ou pobre no ensino superior público, oferecendo uma base pedagógica de preparação para o ENEM e o vestibular da UERJ, associado a uma formação política. É um programa de extensão da Universidade Federal Fluminense que tem, em sua estrutura, dinâmicas de movimento popular e acadêmico, procurando levar ao espaço da academia as demandas sociais que permeiam a sociedade em busca de direitos. Dessa forma, reconhece-se o papel da formação intelectual como variável importantíssima no combate às desigualdades sociais e ao racismo que permeiam a sociedade brasileira.

A dinâmica do Pré-Universitário difere dos demais grupos que se envolvem com a temática, como Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e a Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), entre outros, pelo aspecto de pertencimento a uma universidade pública e por conter a preocupação com a formação do estudante universitário, seja como campo de estágio, atividade extracurricular ou mesmo participação voluntária.

A convivência, no Pré-Universitário, entre alunos da universidade com jovens e adultos das camadas populares formados pelas redes públicas permite ao universitário a percepção do quanto a rede pública de educação tem sido negligente na transmissão de conhecimentos necessários à formação integral dessas camadas.

Apesar dessa precariedade de formação, por razões variadas, um quantitativo de jovens e adultos das camadas populares preserva a vontade de acessar o ensino superior. Esse estímulo aliado à dedicação, muitas vezes cotidiana, em parceria com o empenho dos alunos da universidade, são fatores decisivos para superação de impasses e acesso ao ensino superior.

Ao todo, o Pré-Universitário já percorreu vinte e dois anos de existência, ocupando espaço físico distante do campus da universidade. Apesar de esse espaço apresentar precariedades, pela localização e dificuldade de acessar os serviços da UFF, tem sido por meio dele que a concepção do projeto se faz valer no interior desta instituição pública.

PRÉ-UNIVERSITÁRIO OFICINA DO SABER – O COTIDIANO

Em paralelo ao trabalho com os conteúdos necessários aos exames do ENEM e do vestibular da UERJ, a equipe, principalmente a da área de humanas, promove discussões sistematizadas sobre temas que afligem o cotidiano, levando o aluno da comunidade a perceber o *modus operandi* construído historicamente por nossa sociedade. A preparação

dessas atividades agregadas aos debates e seus desdobramentos em sala de aula promovem ambiência favorável, também, para a formação do aluno universitário. São ambientes de aprendizagem onde se evidenciam, muitas das vezes, a necessidade de intervenções, até mesmo para minimizar conflitos instigados pelos posicionamentos durantes os debates. É de se imaginar os efeitos de discussões sobre temas como fome, racismo, escravidão moderna, feminicídio, narcotráfico, exploração/abuso sexual de crianças e adolescentes, genocídio da população negra, democracia, intolerância religiosa, entre outros.

A preocupação com a formação do aluno universitário, tendo como base as demandas das camadas populares, torna-se pertinente, pois oportuniza outros recortes de conhecimentos que diferem da visão de uma universidade de cunho elitista que tende a satisfazer os desejos de uma camada social. Essa tentativa de contrabalançar a perspectiva do conhecimento tem como objetivo garantir, ao aluno universitário em seu processo de formação, a maleabilidade entre o conhecimento formulado no plano acadêmico e o impulsionado pelas demandas políticas por direitos.

Em suma, procura-se fermentar um agir entre os alunos da comunidade e os universitários, o que resulta em uma formação conjunta em que a amálgama se dá pelo envolvimento com o processo de construção do trabalho. Discutir temas como os citados, entremeando com os conteúdos das disciplinas, tanto pode ocorrer de maneira espontânea quanto planejada. Os envolvidos nas disciplinas de Sociologia, História, Filosofia, Literatura, Produção Textual e Geografia têm, em seus programas, previsões de palestras e seminários para darem conta, de forma sistematizada, dessas discussões.

Os novos integrantes do Projeto, bolsistas, voluntários e professores, antes de iniciarem suas atividades, precisam de uma visão geral dos propósitos que norteiam o Projeto, que geralmente é esclarecida pela coordenação em encontros em que se destaca a perspectiva de a atuação ir além dos conteúdos programados do ENEM e da UERJ. Como meio de materializar essa perspectiva, busca-se envolver os novos integrantes nas atividades comuns, como nos seminários agendados geralmente pela equipe de humanas; nas aulas de campo, como o percurso pelas marcas históricas do Rio de Janeiro e de Niterói; Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB); Pedra da Gávea, entre outros. Como essas atividades são coletivas, os novos integrantes têm a oportunidade de vivenciar o *modus operandi* do projeto e de exercitarem tentativas de não se isentarem, com seus conteúdos, das discussões críticas que geralmente são suscitadas pelas áreas de humanas.

Essa vertente de reunir alunos da comunidade com alunos da universidade, com voluntários e outros para que juntos construam e operacionalizem ações que levem ao crescimento mútuo, não tem fórmulas prontas. O importante é que a sala de aula se transforme em um espaço onde os desejos de professores, bolsistas, voluntários e alunos se conjuguem, para que alunos da comunidade absorvam conteúdos de disciplinas e a equipe encontre o melhor meio de trabalhar conceitos, muitas vezes não vistos pelos alunos em suas passagens pela escola pública.

Como já dito, o projeto procura levar o aluno da comunidade a compreender as dinâmicas sociais do nosso modelo de sociedade, que enclausuram as pessoas e embotam-nas em seu pensar. Isso é importantíssimo, pois habilita o aluno a perceber as sutilezas de um processo de exclusão que é inerente ao mo-

delo de nossa sociedade e que repercute no seio da universidade. Por exemplo, a sutileza de exclusão que ocorre em uma sala de aula quando se rotula alguém de incapaz, revelando um jogo de imposições, muitas vezes referenciado na posição social ou mesmo na cor da pele do aluno. A percepção dessas sutilezas, dadas no cotidiano, e que reproduzem exclusões, deve ser discutida como meio de se evitar o comprometimento do esforço realizado coletivamente para implantação da política de cotas, através da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de cotas raciais).

PRÉ-UNIVERSITÁRIO E AS COTAS RACIAIS

A Lei de cotas está fazendo dez anos de sua publicação. Porém, antes de 2012, cada Universidade Federal formulava critérios próprios, procurando contemplar, em seus editais de seleção, tais discussões presentes na agenda política. Em paralelo ao acompanhamento dessas discussões na UFF, o Pré-Universitário também buscou registrar como os alunos do Projeto estavam assimilando esses debates, que ganhavam os meios de comunicação. Para tanto, incluiu, no processo de seleção de 2004, a solicitação de uma redação em que os candidatos deveriam elaborar uma composição a respeito de um dos seguintes temas: *Cotas nas universidades: racismo ou resgate de cidadania* ou *O negro na universidade*. Relendo essas composições, nota-se que os principais argumentos são pautados no senso comum, como favor ou benevolência. Abaixo, um trecho destacado de uma redação de 2004, selecionada aleatoriamente:

> No Brasil a educação vem sendo muito prejudicada ao longo dos anos os alunos saem da escola sem ter nenhuma base para disputar uma vaga com uma pessoa que estudou em escolas particulares. Então para amenizar este problema o governo cria um programa de "cotas na Universidade", onde é reservado um certo número de vagas para alunos de escolas públicas e negros, contudo, essa não é a solução justa para o problema, pois sendo assim taxamos essas pessoas como despreparadas e desqualificadas e isso não é verdade sabem que elas tem capacidade de enfrentar qualquer vestibular e passar como qualquer um basta receberem boa educação serem preparadas pra isso, coisa que não vem acontecendo.
>
> Essas pessoas não podem ser tratadas como coitadinhas elas tem o direito de poder competir com qualquer um, este programa de cotas é uma forma bem sutil de discriminá-las e também mascarar o problema da má educação. (Transcrição fiel - trecho de uma redação de candidato ao Pré-Universitário Oficina do Saber no ano de 2004).

Depois de dezoito anos, a maioria das redações atuais, mantendo os mesmos temas, aponta para o resgate de direitos como principal argumento. Apesar desta mudança de posicionamento, ainda percebemos um quantitativo de alunos que negam a política de cotas. A existência desse quantitativo, mesmo que diminuto, incomoda o projeto, mas é necessário atentar para as possíveis leituras dessa informação. Abaixo, um trecho de uma redação de 2022, selecionada aleatoriamente, sobre o mesmo tema:

> De um lado, pessoas que acham o sistema de cotas uma piada; do outro, pessoas que apoiam e acham justo. Ao olhar para a sociedade você pode perceber qual é o lado certo da história. O cantor Nego Max na sua música "Eu não sou racista" disse a seguinte frase "Cota não é esmola, é inclusão de um povo que foi deixado e largado", uma frase que foi direcionada para pessoas que acham o sistema de cotas injusto, pessoas essas que falam que cotas são desculpas para preguiçosos, sendo que tem um grande contexto histórico por trás de tudo isso. (Transcrição fiel

- trecho de uma redação de candidato ao Pré-Universitário Oficina do Saber no ano de 2022).

Ao buscar uma resposta sobre o posicionamento de negar as cotas, citado acima, verificou-se que, na ficha de inscrição para o processo de seleção do Pré-Universitário, parte desses candidatos, mesmo possuindo fenótipos, não se identificava enquanto negro ou indígena. Essa leitura sinalizou ao projeto a necessidade de dar maior destaque aos dispositivos no modo de agir que venham a auxiliar seus alunos a se identificarem quanto à raça.

O trabalho de amadurecimento, de identificação e de pertencimento a determinados grupos raciais torna-se um desafio para o projeto, tanto quanto a assimilação de conteúdo das disciplinas das áreas de conhecimentos exigidas pelo ENEM e UERJ. Uma aluna, que atualmente cursa Biomedicina na UFRJ, apesar de possuir fenótipo indígena, levou aproximadamente um ano para assumir sua condição de descendente dos povos originais. Por meio dela, percebemos o quanto é complexo recontextualizar um ser em sua história de vida.

A legislação que instituiu as cotas, especialmente as cotas raciais para acesso ao ensino superior, vem passando por discussões à medida que tentativas de burlá-la vieram à tona (BRASIL, 2014). A Instituição EDUCAFRO, por meio do Frei Davi, coloca a importância de se incluir, nas cotas raciais, somente as pessoas que são discriminadas pela aparência física, ou seja, o fenótipo seria o mais importante e não a ascendência (JURISWAY, 2015). A discussão é pertinente, uma vez que a nossa sociedade, historicamente, vem se apoiando nas características físicas e não na ascendência para discriminar a população de origem africana e indígena.

Independente dos debates que ocorrem em torno das cotas raciais, que geralmente acontecem entre as lideranças da temática, há um nível crescente de percepções favoráveis à política de cotas entre os alunos do Pré-Universitário ao longo dos dez anos de implantação da legislação, como citado anteriormente.

Esse crescimento pôde responder ao esclarecimento da população à medida que o tema passou a ser debatido nos meios de comunicação (SANTOS, 2020). Outro fator bem favorável tem sido a multiplicação de propostas de cursos populares de preparação para o acesso ao ensino superior, o que vem tomando uma dimensão de movimento popular, atraindo diversos grupos de interesses, inclusive partidos políticos, independentemente de sua coloração.

Não se deve esquecer que a aceitação enquanto direito passou a ser destaque também pelo desenvolvimento dos jovens cotistas que chegaram às universidades públicas. Nas primeiras aferições dos cotistas na UERJ, foi constatado o nível de igualdade dos mesmos para com os demais que entraram pela plena concorrência, ou seja, o receio de que os cotistas iriam baixar o nível acadêmico caiu por terra. A ideia de meritocracia para acessar a universidade começou a ser abalada.

Apesar dos avanços conquistados quanto à aceitação da política de cotas como direito, ainda existe um espaço de reflexão necessário à universidade brasileira sobre a aceitação das camadas populares em seu interior.

Assim como há tentativas de fraudes no uso das cotas raciais, como a EDUCAFRO vem problematizando, que prejudicam a legislação, há também desajustes em outros aspectos da legislação que a tornam não equânime. Cumpre observar as desigualdades

existentes no conjunto de escolas públicas brasileiras: no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estão a FAETEC, o Colégio Militar, o Colégio Pedro II, os Colégios de Aplicação das universidades públicas, entre outros, que são colégios de excelência se comparados aos da "rede estadual comum". Os alunos dessa "rede de excelência", quando se inscrevem no ENEM ou na UERJ, usufruem dos mesmos benefícios que os alunos da "rede estadual comum" ao optarem pelas cotas de escolas públicas. Essa desigualdade, impossível de ser modulada, traz outras reflexões.

Alguns esclarecimentos são necessários. A discussão sobre as diferenças existentes entre as escolas públicas foi posta não para questionar a política de cotas, uma vez que ela se faz necessária em uma sociedade como a brasileira, mas para demonstrar o quanto é delicado traçar uma política pública tendo como referência a fragmentação da mesma.

Imaginando que houvesse uma problematização da condição de existência de diferentes tipos de escolas públicas e, ao mesmo tempo, um desejo de se aplicar uma ação reparadora dessas diferenças, em quais critérios essa ação reparadora iria se apoiar para diferenciar uma escola pública de outra escola pública? Esse movimento demonstra o quanto pode ser contraditório o acesso pleno aos direitos, considerando a via de políticas fragmentadas, pois à medida que se busca um ajuste, sobre qualquer critério, surge, em contrapartida, o distanciamento das discussões das causas estruturais que afetam o sistema como um todo, no caso o sistema educacional. Por outro lado, mesmo que a política fragmentada consiga ser eficaz, contemplando volume expressivo de beneficiados, a questão remete a outro impasse: o volume desses beneficiados será suficiente para acarretar as mudanças sociais coletivas necessárias? Ou seja, enquanto estivermos direcionando as políticas públicas via setores sociais, viveremos essas contradições (KERSTENETZKY, 2006).

OS ALUNOS DO PRÉ-UNIVERSITÁRIO E ATUALIZAÇÃO

A trajetória de se fazer presente em sociedades como a brasileira, para jovens e adultos das camadas populares, não é nada fácil. Em geral, eles são expostos a diversas tensões sociais que exigem dos mesmos uma constante resiliência. Basta ver o efeito desestimulante que o racismo e a precariedade do sistema escolar podem ocasionar na busca pelo acesso ao ensino superior. Como meio de manter o estímulo e a garra de se lutar para o acesso à universidade, o projeto procura preservar um ambiente prazeroso de convívio entre todos, demonstrando o quão grande é o esforço, mas sempre preservando a possibilidade de chegar à universidade. Para que isso seja exemplificado, tem-se a preocupação de conter, no projeto, professores, bolsistas, monitores ou mesmo voluntários que sejam ex-alunos do curso, o que simbolicamente demonstra que, apesar de a universidade ser elitista, ela pode ser assumida e modificada pela presença das camadas populares.

Durante esses vinte e dois anos, o Pré-Universitário manteve seu principal núcleo de atuação na Cidade de Niterói, mas, em alguns momentos, foi estendido a São Gonçalo, à cidade de Volta Redonda e à cidade de Oriximiná, no estado do Pará. Ainda que sejam experiências importantes que demonstram o potencial do trabalho, nos deteremos ao núcleo-sede de Niterói.

Os alunos que frequentam o projeto se dividem entre moradores de bairros populares de Niterói e São Gonçalo, predominando os de baixo poder aquisitivo, oriundos de es-

colas públicas e de origem afrodescendente. Há alunos que residem em bairros abastados, porém filhos de porteiros, zeladores ou moradores de casas de cômodo, pensões, que se distribuem pelos centros das duas cidades.

A seleção para o projeto ocorre anualmente por meio de editais divulgados na comunidade e em meios de comunicação, incluindo as mídias sociais. Equivale a um preenchimento de uma ficha em que se coletam dados socioeconômicos, uma entrevista que pode ser coletiva ou individual e, em alguns anos, foi solicitada uma redação com temas pré-definidos pela equipe do projeto. A ficha socioeconômica é ordenada através de pesos que variam de um a cinco, definidos por variáveis como cor da pele, escolaridade da mãe, tipo de escola do ensino médio, anos de conclusão do ensino médio, renda per capita e local de moradia. O peso cinco representa maior interesse do projeto pelo candidato, e um, menor interesse. Ainda que o projeto esteja voltado ao perfil citado acima, não quer dizer que esteja fechada a participação de candidatos de escolas públicas ditas de excelência, como Pedro II, CEFET e escolas particulares com bolsas. A participação desses alunos sempre é em menor quantidade, mas suficiente para permitir trocas de conhecimentos no ambiente da sala de aula, garantindo a mistura cultural. Esta mistura, ao ampliar as trocas de saberes, evita o confinamento do projeto em um espaço fechado em si mesmo, o gueto.

Em conjunto ao Pré-Universitário, há o Curso de Atualização, voltado aos candidatos de maior faixa etária que se encontram afastados há pelo menos cinco anos dos bancos escolares, normalmente pais ou mães que desejam ampliar a escolaridade para acessar o mercado de trabalho e, muitas vezes, concluíram o ensino médio pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo.

O curso de Atualização nasceu da necessidade de se buscar solução ao processo de evasão que vinha ocorrendo com os alunos do Projeto devido à defasagem gerada durante a convivência dos alunos com o perfil citado acima com os demais, geralmente mais jovens recém-formados ou em fase de conclusão do ensino médio, habituados ao ritmo escolar e sem compromisso conjugal (SOUSA, 2012).

O Curso de Atualização, ao responder ao processo de evasão, também busca atenuar a possível sensação de frustração no grupo de maior faixa etária que assumiu o desafio de voltar à escolaridade e não deu continuidade, por se colocar em uma posição de não acompanhar o ritmo da sala de aula voltada a um público jovem acostumado a proceder de maneiras preestabelecidas pela instituição escola. Atenuar essa questão é uma resposta ao conjunto de tensões sociais que impera sobre as camadas populares, no caso as de maior faixa etária, e que desejam retornar à escolaridade (SOUSA, 2012).

O trabalho na Atualização requer do universitário e demais profissionais do Oficina do Saber estimular a reabilitação de hábitos e ritmos escolares em conjunto à reconstrução dos conceitos básicos das disciplinas exigidas na seleção do ENEM e UERJ. Esse fazer pedagógico permite ao aluno universitário reelaborar suas aulas, observando esses alunos principalmente quanto ao aspecto conceitual, o que permite trocas, vivências, em que ambos se complementam. São exemplos: como abordar o conceito de eletricidade com um eletricista?, ou mesmo discutir um fato histórico quando seus alunos o vivenciaram: a ditadura de 1964 no Brasil ou a luta pela redemocratização?

A Atualização traz outra contribuição de igual relevância às anteriores: o potencial multiplicador do desejo de aumento de escolaridade no seio familiar quando o pai ou a mãe ou o responsável retornam à escola. Já houve casos de a mãe frequentar a Atualização; a filha, o Pré-Universitário; e as duas serem aprovadas no ENEM. No ano seguinte, foi a vez do filho mais novo. Como não são casos isolados, podemos afirmar que, quando o adulto ou responsável retorna ao banco escolar e tem o sucesso de ser aprovado para o ensino superior, isso gera ressonância favorável a outros membros da família, em especial à sua descendência.

A Atualização em si é um ambiente acolhedor para os adultos que têm o desejo de chegar ao ensino superior, apesar de apresentarem aspectos frágeis que, a qualquer momento, podem levar a uma evasão do curso. É percebido que, à medida que o ambiente acolhedor vai se estruturando, os alunos modificam seu comportamento, passando a se apropriarem do espaço de maneira prazerosa.

O ALUNO DO PRÉ-UNIVERSITÁRIO QUANTO À AUTOCONDUÇÃO, A SOLIDARIEDADE E O ENTORNO

Apesar de o Pré-Universitário já ter percorrido vinte e dois anos de existência, diríamos que temos muito a apurar, a observar, pois qualquer que seja o aspecto trabalhado em sala de aula, o seu efeito no aluno irá depender do grau de posicionamento que o mesmo tem em relação a si, ao outro e ao meio em que vive. Para tanto, destacamos três aspectos: a autocondução, a capacidade de trabalhar solidariamente, e a percepção do entorno em que está inserido.

A autocondução diz do envolvimento com o processo de educação e formação, ou seja, o quanto o aluno assume responsabilidade pela condução de seu processo histórico; o quanto está disposto a planejar seus estudos, envolvendo horas de dedicação, e o quanto está disposto a abrir mão de outros afazeres para se dedicar ao estudo.

A capacidade de trabalhar solidariamente refere-se à habilidade do aluno em ouvir o outro e aceitar o outro no convívio escolar de trabalho em conjunto. O aluno irá participar de uma seleção para o ensino superior calcada em uma ideia de mérito que despreza a estrutura desigual da sociedade brasileira. Se o candidato ao Pré-Universitário já trouxer, em sua formação, relação de auxílio mútuo (como participar de grupos de trocas de conhecimentos, auxiliando seus colegas de sala de aula com os conteúdos de seu domínio), estará edificando um caminho coletivo de suporte, em que todos cresçam e tenham os conhecimentos necessários para responder a uma prova desigual e justificada pela concepção de mérito.

A percepção do entorno em que está inserido diz da capacidade de ler os conflitos por que passam as relações globais, os dilemas sociais locais e se posicionar diante dos mesmos.

Esses três sentimentos aliados aos conteúdos das áreas de conhecimentos necessários ao ENEM e UERJ formam a base de sustentação do trabalho do Pré-Universitário e da Atualização. Com esses aspectos desenvolvidos, possivelmente os alunos estariam habilitados a se relacionarem criticamente com a universidade por meio da ótica de alguém de origem popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pré-Universitário Oficina do Saber, ao longo dos seus vinte e dois anos, vem se

moldando principalmente para interferir na formação do universitário e levar o aluno da comunidade a conduzir seu processo de aprendizagem e a entender e compartilhar o mundo em que vive. Este ensaio traz aspectos que são fios condutores do trabalho e, como tal, devem ser problematizados ao máximo para melhores elucidações.

O fazer pedagógico, apesar de expressar o sentido de condução dos alunos da comunidade a fazer as provas de acesso ao ensino superior de forma menos injusta, e de gerar uma ambiência de formação para o universitário, precisa ser esmiuçado, pois cada área de conhecimento tem método próprio de agir. Ou seja, quais são as diferenças e semelhanças entre o fazer da matemática, da produção textual, da história, da geografia, etc.?

As cotas raciais são inevitáveis tendo em vista as desigualdades existentes no sistema educacional, porém ampliar as reflexões no sentido das políticas estruturais de educação proporcionaria o entendimento do quanto é importante a restituição aos grupos sociais de menor poder aquisitivo do acesso a direitos universais.

As relações que se tecem no cotidiano do projeto, acarretando trocas de conhecimentos, seja na formação de grupos de estudos, nas salas de aulas, ou mesmo nas monitorias, devem ser observadas e discutidas com mais sutileza para compreensão do processo, pois dessas interações, possivelmente, se formatam o agir coletivo tão necessário à contraposição à concepção de mérito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

JURISWAY. **Fraude nas cotas raciais pode se tornar crime previsto no Código Penal.** Jusbrasil, 2015. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/fraude-nas-cotas-raciais-pode-se-tornar-crime-previsto-no-codigo-penal/238061643. Acesso em: 14 de maio de 2023.

KERSTENETZKY, C L. **Políticas sociais: focalização ou universalização?** Revista de Economia Política. Vol. 26, nº 4 (104). Dez, 2006. Disponível em: http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/7/72/Celia.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2022.

SANTOS, A. C. S. **Mapeamento dos Pré-vestibulares do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro 2020. http://nides.ufrj.br/index.php/publicacoes/dissertacoes.

Sistema de cotas da UERJ completa uma década com indicadores positivos. **UERJ em Questão**, janeiro/fevereiro de 2013. Disponível em: https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/01/uerjemquestao97.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2023.

SOUSA, J. N. de; RIBEIRO, P. C. (Org.). **Pré-Universitário Oficina do Saber - Uma Experiência em Educação.** 1ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2012.

APRENDIZADO JURÍDICO JUNTO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Fabianne Manhães Maciel[1]
Gisele Carvalho da Silva Costa Nogueira[2]
Marina Knust da Silva[3]

[1] Universidade Federal Fluminense
ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-6055-6903,
E-mail: fabiannemanhaes@id.uff.br

[2]Instituto Federal Fluminense
ORCID ID: https://orcid.org/0000-0001-8443-6247
E-mail: gnogueira@iff.edu.br

[3]Universidade Federal Fluminense
ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-7026-6272
E-mail: marinaknust@id.uff.br

RESUMO

O presente artigo trata do projeto de extensão "Cidadania Ativa", vinculado ao programa "Direito do Futuro: cidadania, carreira e solução de conflitos", e surge da necessidade de investigação sobre a importância do ensino jurídico junto ao ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando o que está disposto na Constituição Federal do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos documentos normativos da EPT. Diante deste panorama, emerge a discussão sobre a efetividade de uma cidadania ativa emancipatória e suas contribuições para a constituição de um aprendizado alinhado à proposta de formação de indivíduos conscientes, críticos e que clamam por uma sociedade melhor, mais igualitária e pacífica.

Palavras-chave: cidadania; aprendizado jurídico; emancipação.

ABSTRACT

This article deals with the extension project "Citizenship Active", linked to the program "Law of the Future: citizenship, career and conflict resolution", and arises from the need for research on the importance of legal education together with the integrated high school of Professional Education and Technology (PET), considering what is set forth in the Federal Constitution of Brazil, in the Law of Guidelines and Bases of National Education and in the normative documents of the EPT. Given this panorama, a discussion emerges about the effectiveness of an emancipatory active citizenship and its contributions to the constitution of learning aligned with the proposal for the formation of conscious, critical individuals who claim for a better, more egalitarian and peaceful society.

Keywords: citizenship; legal learning; emancipation.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado, no contexto da parceria institucional firmada entre o Instituto Federal Fluminense *campus* Macaé (IFF) e a Universidade Federal Fluminense em Macaé (UFF), parte do pressuposto de que o aprendizado jurídico junto ao Ensino Médio Integrado (EMI) da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um instrumento de inclusão social, para a qual converge o fortalecimento da cidadania emancipatória dos discentes ao concluir essa etapa da educação básica.

Não por acaso que a Carta Magna brasileira tutela a educação, concebendo-a, em seu art. 6º, como sendo um direito humano fundamental garantido a todos que se constitui em um importante instrumento propulsor da cidadania. Ainda, ao tratar da Educação, da Cultura e do Desporto, em seu Título VIII, Capítulo III, também dispõe, no *caput* do seu artigo 205, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A norma fundamental pátria, seguida por outros dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), eleva a educação como mecanismo para a construção de uma existência autônoma, independente e crítica dos educandos.

Esse posicionamento coaduna com o ativismo e a criticidade de Paulo Freire (1979) ao inferir sobre o papel da educação no desenvolvimento integral dos seres humanos e argumentar que ela deve servir de instrumento para lidar de forma crítica com a realidade e descobrir como participar na transformação do mundo, e não para facilitar a integração e o conformismo das gerações na lógica do atual sistema capitalista.

Contudo, é conhecimento partilhado, na atualidade, que o modelo atual do currículo do ensino médio integrado, que não possui carga horária disponível específica para o ensino do direito básico, não perfaz com plenitude a aprendizagem de noções básicas de cidadania e dos direitos e deveres conferidos no ordenamento jurídico pátrio a seus cidadãos.

A reflexão proposta no projeto de extensão Cidadania Ativa vai ao encontro do entendimento de que a efetividade de uma participação mais ativa da sociedade nas decisões governamentais contribui para o desenvolvimento do País, destacando que a disseminação de informações e conhecimentos básicos jurídicos, sobretudo àqueles relacionados aos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente garantidos no Brasil, é uma boa estratégia não só para construir uma cidadania de fato, como também para atingir as metas instituídas pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) do Brasil e pela LDB.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, ancorada em uma revisão bibliográfica e documental, que tem como objetivo geral demonstrar a importância do ensino jurídico junto ao EMI. Para tanto, foram necessários os objetivos específicos: I) sensibilizar alunos da rede federal de educação profissional científica e tecnológica sobre aspectos gerais, sociais e jurídicos de seus direitos e garantias fundamentais; II) apresentar as estratégias da extensão universitária impostas pela situação pandêmica do País; e III) atender as demandas por temas, solicitados em pesquisa anterior com o público-alvo, para suprir lacunas de aprendizagem.

Desta forma, pretende-se elaborar posições e conclusões sobre o tema proposto, a partir da necessidade do sistema educacional em for-

mular práticas educativas que visem refletir sobre deveres, direitos, valores e garantias mínimas dos cidadãos, de modo a ampliar a leitura desses conteúdos à população e, assim, fomentar mais subsídios para a transformação de um país melhor e mais justo.

IMPORTÂNCIA DA EFETIVIDADE DA CIDADANIA ATIVA EM PROL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL CIDADÃ

A finalidade desta seção é compreender a importância da efetividade da cidadania ativa em prol da participação social cidadã e as implicações da pesquisa diagnóstica e dos desafios para a instrumentalização dos debates virtuais oriundos da parceria institucional pactuada pelo projeto de extensão "Cidadania Ativa", vinculado ao "Programa de Extensão Direito do Futuro: cidadania, carreira e solução de conflitos".

Conforme os ditames do art. 2º da LDB, a educação deve visar o preparo do indivíduo para o exercício da cidadania. Na esteira do diploma supradito, os documentos normativos da EPT também preconizam práticas cidadãs como uma de suas finalidades pedagógicas. Como elucidação, pode-se citar o art. 3º, III, da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Decerto, o exercício consciente da cidadania garante o acesso aos direitos subjetivos e é um dos pressupostos para a efetividade dos atos normativos (BARROSO, 2010, p. 221). Nesse sentido, a presente ação extensionista buscou a comunicação entre as demandas enfrentadas pela educação básica e os conhecimentos técnicos ministrados no ensino do curso de direito da Universidade Federal Fluminense *campus* Macaé.

Para uma melhor organização dos eventos, inicialmente procurou-se analisar a coleta de dados, que teve como objetivo avaliar os conhecimentos prévios acerca das noções básicas de direito e das normas vigentes, presumidamente necessárias na formação do indivíduo, realizada com o público-alvo da pesquisa de Nogueira (2021).

Ressalta-se que, frente à pandemia do novo coronavírus, a realização dos debates deste estudo ocorreu integralmente *on-line*. A partir disso, enfrentou-se certa adequação aos novos moldes de eventos impostos pela situação sanitária do país, diferente das ações passadas realizadas presencialmente em escolas municipais de Macaé. Dessa forma, as atividades foram efetuadas pela plataforma de videochamada Zoom e simultaneamente transmitidas no Canal do Youtube do Projeto Cidadania Ativa. Obteve-se, assim, participantes presentes nas transmissões ao vivo adicionais ao público discente do IFF, conforme figura 1.

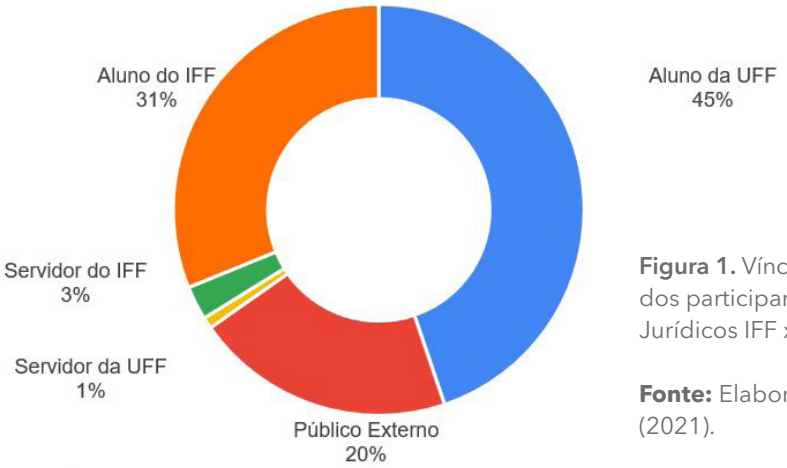

Figura 1. Vínculo institucional dos participantes nos Encontros Jurídicos IFF x UFF.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Ainda, os dados investigados comprovam que a democratização de conhecimentos relacionados a direitos e deveres fundamentais, direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos povos, organização e estrutura do Estado, frisando a temática das competências de cada Poder e a importância do sistema de freios e contrapesos no Brasil, entre outras temáticas do direito, proporciona uma melhor conscientização do papel do cidadão. Isso forma protagonistas da transformação social e defensores dos direitos fundamentais, que é um dos fundamentos do Estado de Direito e que, para Afonso da Silva (2006, p. 178), são limitações impostas pela soberania popular aos ditames dos poderes estatais e que se referem "a princípios que resumem a concepção do mundo" e que, em última instância, buscam concretizar a garantia de uma "convivência digna, livre e igual de todas as pessoas".

Nessa seara, Blauth e Borba (2010) adotam a expressão "analfabetismo jurídico" designando o estado de ausência, comum na nossa sociedade, de domínio de um conjunto mínimo de conceitos e informações jurídicos básicos.

Esses autores, ao articular cidadania, educação e analfabetismo jurídico observam que essa privação de saberes ocasiona uma desigualdade prejudicial à participação social na gestão pública, revelando "o despreparo dos brasileiros para o exercício da cidadania democrática" e exigindo-se uma "educação que efetivamente prepare os brasileiros para o exercício da cidadania", mas que "pode ocorrer nas mais variadas práticas educacionais, desde nos espaços escolares dedicado ao ensino formal até (...) outras medidas práticas já realizadas" (BLAUTH e BORBA, 2010, p. 2881).

Decerto que o art. 3º da Lei nº 13.415/17, que acrescentou o art. 35-A da LDB, instituindo que a carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a 1.800 horas somando toda a carga horária do ensino médio; e a Resolução CNE/CP nº 1/21, que modificou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) e veio para complementar a referida lei, em seu art. 16, § 2°, confirmam as dificuldades encontradas por gestores e educadores na elaboração de uma proposição pedagógica do currículo do EMI que abarque trabalho, ciência e cultura, e ainda vincule a escola com a vida.

Contudo, uma forma de aplicar as novas diretrizes sem perder a qualidade da educação integradora, profissional e técnica oferecida, além de democratizar conteúdos não contemplados na grade curricular padrão, é a possibilidade de trabalhar tais lacunas de modo extracurricular, por meio de projetos de pesquisa e de extensão e de projetos integradores transdisciplinares em suas instituições de ensino.

Em relação à abordagem da ação de extensão, Paulo Freire, ao questionar morfologicamente a palavra "extensão", evidencia que a educação libertadora não é "estender o que se sabe", e sim estabelecer uma comunicação, se tornando educador e educando simultaneamente (1983, p. 15). De modo complementar, o art. 207 da CF/88 estabelece que as universidades brasileiras devem obediência ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 1988).

Diante disso, a proposta desenvolvida por este estudo coaduna com a verdadeira ação extensionista, visto não ser mera exposição do que é aprendido nos muros da universidade para a comunidade externa, mas sim a troca de saberes e experiências entre diferentes grupos sociais, com diferentes níveis de formação e bagagens culturais que per-

mite a produção científica e viabiliza a integração da universidade com a comunidade que a cerca.

METODOLOGIA

Para consecução dos objetivos expostos, o processo metodológico foi organizado em 4 etapas.

Inicialmente foi realizada uma revisão teórico-conceitual, por referenciais bibliográficos, seguida pela análise da pesquisa exploratória descritiva que identificou as demandas e lacunas sobre temas jurídicos de interesse para a comunidade discente da instituição parceira, viabilizada por Nogueira (2021), em sua dissertação intitulada *Educação Jurídica no Ensino Médio Integrado da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: estudo da efetividade para formação integral no Instituto Federal Fluminense - campus Macaé*, que traz um estudo da efetividade da educação jurídica, no ensino médio integrado, para a educação profissional tecnológica, com vista à construção do pensamento crítico de uma sociedade livre, justa e solidária, como defendido pela constituição pátria.

Já na terceira etapa, oportunizou-se a participação dos discentes em debates (Figura 2) que viabilizaram a construção de conhecimentos, familiarizando-se com os principais conceitos que foram apresentados de maneira sucinta e objetiva nas discussões promovidas por meio dos eventos *on-line* sobre os temas jurídicos demandados, o que coaduna tanto com a Constituição do Brasil, quanto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Figura 2. Arte para Divulgação dos Eventos.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

A última etapa trilhada para a aplicação metodológica deste estudo científico foi a avaliação prognóstica desses encontros virtuais, com a aplicação de questionário on-line, disponibilizado durante a sua realização na plataforma do Youtube, para que os atores avaliassem a utilidade e a qualidade dos debates com os palestrantes convidados pelo projeto de extensão Cidadania Ativa, desenvolvido pelo Departamento de Direito da UFF em Macaé, assim como do conteúdo apreendido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise diagnóstica apontada no estudo de Nogueira (2021), foram elencados 9 temas (Figura 3) para serem trabalhados mensalmente com os estudantes do IFF, ao longo do ano de 2021, estendendo os debates também para toda comunidade interna e externa de ambas as instituições, tendo em vista a relevância dos conteúdos e o achado científico da referida pesquisa.

Desta forma, os conhecimentos e experiências prévias dos alunos foram ponderados, alcançando-se uma melhor interação e envolvimento dos participantes dos eventos jurídicos, de modo a alcançar um aprendizado mais consistente nos eventos promovidos por esse projeto de extensão.

As respostas aos formulários disponibilizados nos últimos 6 encontros demonstram que 74,92% dos participantes passaram a ter uma maior empatia e motivação pela busca por mais saberes jurídicos e 77,04% consideram que os debates contribuíram para o seu conhecimento. Ademais, os comentários nos chats desses momentos *on-line* apontam a efetividade de uma reflexão crítica da realidade social, promovendo atitudes que melhoram a convivência e o ambiente em que se está inserido, além de estimular a participação

Figura 3. Temáticas diagnosticadas.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

democrática, o diálogo e o envolvimento nas questões coletivas.

Os referidos debates estão sendo gravados e disponibilizados no canal do projeto Cidadania Ativa, pelo YouTube, de modo que os interessados pela temática podem, de forma livre, interagir com o material.

A apuração, realizada em setembro de 2021, aponta 1.550 visualizações no canal supracitado, número contabilizado a partir da data de envio, ou seja, desde a transmissão ao vivo de cada vídeo, representado na figura 4 abaixo.

Explorando-se o caráter ético e emancipatório do direito, por meio de uma linguagem acessível e próxima da realidade dos jovens, tem sido possível criar possibilidades para que o educando possa construir o seu conhecimento jurídico crítico, pautado em uma formação humana integral e cidadã no EMI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fomentar o pleno exercício da cidadania ainda na educação básica constitui uma boa estratégia para que a sociedade brasileira possa adquirir mais subsídios para a transformação de um Brasil melhor e mais justo.

O hiato educacional identificado no arcabouço teórico deste estudo é confirmado na pesquisa diagnóstica analisada, prejudicando a participação social cidadã mais ativa. Logo, deve ser superado por meio de soluções pedagógicas que tenham o verdadeiro compromisso com a transformação da realidade e da ressignificação do conhecimento.

Cabe ressaltar que tal superação tem se tornado cada vez mais desafiadora, visto as últimas modificações no ordenamento jurídico da educação brasileira que também precisam ser observados no EMI.

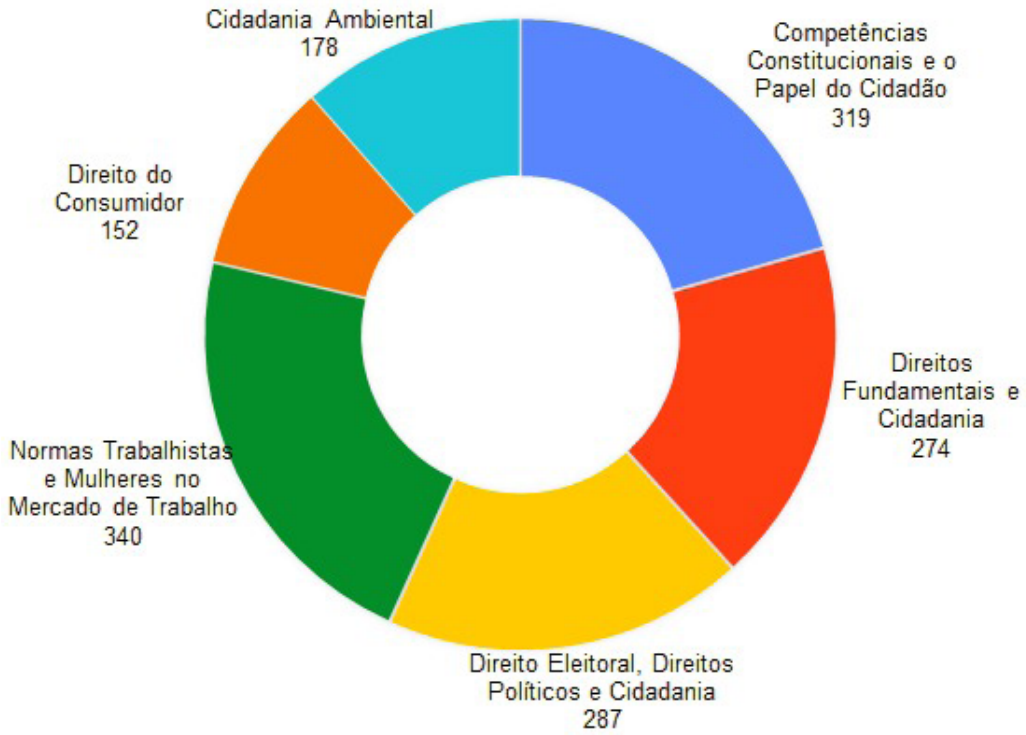

Figura 4. Gráfico com o nº de visualizações dos Encontros - Parceria IFFxUFF

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Ao longo do trabalho, observa-se a importância deste tipo de parceria institucional e de projeto de extensão que busca fomentar a compreensão, reflexão e questionamento dos fatos do dia a dia, dos direitos que são formalmente conferidos pelos diplomas legais, e que não devem ficar adormecidos se a população deseja conquistar melhores condições e uma vida em sociedade com dignidade.

A percepção do direito como instrumento de inclusão social, dentro da EPT, promove a paz, o diálogo, a ética, a justiça, o entendimento livre e esclarecido e a relação orgânica, solidária e saudável entre o indivíduo e a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BORBA, Dalton José; BLAUTH, F.N.L. **A Educação para o exercício da cidadania: uma análise crítica e transdisciplinar do analfabetismo jurídico.** 2010.Disponível em:http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3968.pdf. Acesso 11 de Fev de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 23 set. 2021.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução 1. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Câmara de Educação Básica, Brasília, DF, 5 jan. 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso: 28 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira.7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

NOGUEIRA, Gisele Carvalho da Silva Costa. **Educação jurídica no ensino médio integrado da educação profissional e tecnológica brasileira:** estudo da efetividade para formação integral no Instituto Federal Fluminense – *campus* Macaé. Macaé, RJ, 2021.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2006.

METODOLOGIA ATIVA E PERSPECTIVA DE GÊNERO EM FORMAÇÃO VOLTADA PARA O MERCADO FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO

Tatiana de Abreu Moura[1]
Marcos Alexandre Teixeira[2]

[1]Departamento de Engenharia Agrícola e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense

[2]Departamento de Engenharia Agrícola e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (marcos_teixeira@id.uff.br)

RESUMO

No presente trabalho foi realizada a avaliação de práticas de inclusão e garantia de participação feminina em ação de Extensão Universitária, curso de formação para o mercado fotovoltaico (dito sustentável e comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio); inclui-se análise de cursos e programas de treinamento disponíveis na região metropolitana do Rio de Janeiro. A avaliação foi feita com base nas percepções diretas das participantes (aplicação de questionário eletrônico), com conclusões corroboradas, ou não, por consulta direta às alunas. Como resultado foi possível perceber que a metodologia ativa aplicada, um ambiente acolhedor e seguro para essas meninas e a presença feminina das tutoras do curso foram aspectos fundamentais para aumentar a participação de gênero e assim aumentar a participação feminina nesse mercado.

Palavras-chave: mercado de trabalho; energia solar; gênero.

ABSTRACT

The present work assesses the social inclusion techniques and female participation efforts in a University Extension program focused on the photovoltaic market (deemed sustainable and compromised within the UN Millennium Goals); encompassing an analysis of other training programs available in the Rio de Janeiro metropolitan region. The assessment was based on the direct perception of the female students of the course (by on-line questionnaire), further confirmed by direct consultation with the female students. From the results obtained, it was possible to note that the active learning methodology, a welcoming and safe environment for the female students and the presence of female teaching staff are key aspects to increase the feminine share in this market.

Keywords: labor market, solar energy, gender.

INTRODUÇÃO

Buscar por uma colocação no mercado já possui diversas barreiras para as mulheres que vão além da sua formação técnica. Segundo Wagner (2019), a inserção da mulher no mercado de trabalho é influenciada por: sua ocupação, vínculo empregatício e o setor em que estão alocadas.

Foi a partir da Revolução Industrial que essa força laboral começou a ganhar espaço no mercado (SILVA, 2019). Entretanto, a não valorização do trabalho feminino ganhava cada vez mais força, com a dupla jornada de trabalho nas indústrias e em casa (SILVA, 2019).

Em meados do século XIX chegou a Segunda Revolução Industrial. Pautada pelos avanços tecnológicos e científicos, também foi dominada pelos homens, que subjugavam as capacidades intelectuais femininas. Apesar dos cenários desfavoráveis, tivemos a contribuição das grandes cientistas mulheres, como a Mária Telkes, a Rainha do Sol, que inventou um destilador solar e o primeiro sistema de aquecimento de energia solar projetado para residências (INCERTI, 2018).

A energia solar é caracterizada como sendo uma fonte de energia alternativa, sustentável e renovável, que utiliza o sol como fonte primária para a produção de energia solar térmica e elétrica, sendo o Brasil particularmente favorável por suas condições climáticas (INPE, 2017). Dessa forma, o mercado fotovoltaico usa deste forte apelo à sustentabilidade e adesão às metas globais de governança ambiental, tais como os Objetivos do Milênio da ONU, com o seu Objetivo 07 – Energias Renováveis, assim como Objetivo 13 – Combate às Mudanças Climáticas. Ao mesmo tempo, temos o Objetivo 05 – Igualdade de Gênero, que também deveria ser igualmente abraçado por esse mercado, pois, mesmo após algumas décadas de atuação no território e com sólido crescimento, tem-se a percepção de que esse mercado ainda é majoritariamente masculino, por mais que a percentagem de mulheres esteja aumentando.

De acordo com Martins (2021), como um reflexo do patriarcado nas relações laborais capitalistas, convencionou-se uma divisão sexual do trabalho na qual os homens possuem destinação prioritária à esfera produtiva e a mulher à esfera reprodutiva, de modo a concluir que o valor dado difere entre essas duas forças de trabalho: a produção torna-se mais importante que a reprodução, levando a crer que a mão de obra masculina tenha mais valor que a feminina.

Uma das hipóteses que pode explicar ou contribuir para a falta de presença de público feminino em áreas de atuação mais técnica, além do conceito histórico, é a relativa ausência de oportunidade de qualificação e aperfeiçoamento que consigam somar qualidade de ensino com um ambiente saudável para aprendizagem, mormente em que a temática de gênero seja considerada no planejamento das atividades. Dessa forma, este trabalho busca resgatar as experiências vividas ao longo de quatro anos do Projeto Vento Solar, enquanto ação de formação na área de energia fotovoltaica, em sua proposta de educação inclusiva, buscando identificar quais fatores foram mais impactantes na temática de gênero. Em paralelo, também avaliar se essas preocupações se veem refletidas nos outros programas de formação voltados para o mercado de energia fotovoltaica disponíveis na região. Buscou-se ainda, como pano de fundo, verificar como o mercado fotovoltaico percebe a presença de mão-de-o-

bra feminina, analisando as demais ações de formação em termos de sensibilidade de gênero e/ou se suas ações formativas englobam preocupações pedagógicas atuais que sejam inclusivas e socialmente sensíveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Energia fotovoltaica

No âmbito do mercado fotovoltaico brasileiro, este mercado se restringe majoritariamente a uma das modalidades de inserção desta tecnologia à geração de energia do Brasil, em específico, os chamados sistemas fotovoltaicos *on grid*, cuja representação esquemática pode ser vista na Figura 1, também conhecido como "conectado à rede". Nesse sistema não há baterias para armazenamento da energia gerada, de modo que toda a potência produzida é consumida automaticamente ou injetada na rede da concessionária local (ANEEL, 2012).

O sistema é composto por painéis solares que transformam a radiação solar em energia elétrica. Essa energia é direcionada para o inversor, que tem a funcionalidade de converter a corrente contínua proveniente dos painéis em corrente alternada. No final do sistema, é instalado o relógio bidirecional, responsável por retirar ou injetar o excedente de energia na rede e, assim, gerar créditos ao consumidor (ANEEL, 2012).

De acordo com a resolução normativa 482 da ANEEL (ANEEL, 2012), toda vez que a energia consumida for maior que a energia injetada, o consumidor irá utilizar a energia proveniente da rede. Entretanto, se a quantidade de energia injetada na rede for maior que a consumida, a diferença entre elas irá se transformar em créditos que poderão ser consumidos em até 60 meses.

Mercado fotovoltaico no Brasil

Dada a finitude dos combustíveis fósseis, tornou-se necessário o investimento em alternativas renováveis e limpas, como no caso da fotovoltaica, onde essa torna-se uma fonte auxiliar na matriz energética brasileira, predominantemente hídrica (ABSOLAR, 2021). Com um início tímido da década de 60, foi apenas em 2011 que foi instalada a primeira usina solar do país, localizada no município de Tauá/CE, suprindo a necessidade de aproximadamente 1.500 famílias (GOVERNO DO CEARÁ, 2011).

No ano de 2012, foi instituída pela ANEEL a resolução Normativa nº 482, que permitia ao

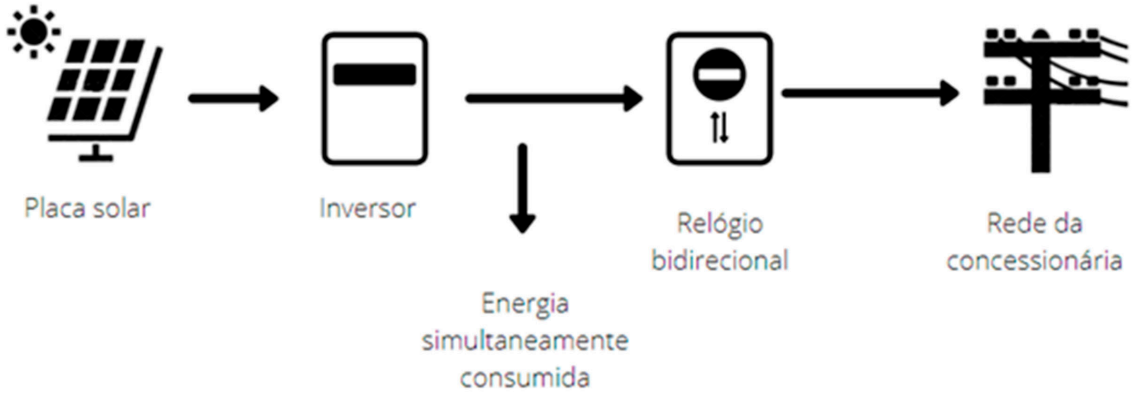

Figura 1. Esquema do Sistema *on grid*.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

consumidor a microgeração e regulamentava o sistema de créditos, o que viabilizou sistemas fotovoltaicos residenciais ou comerciais (ANEEL, 2012). Dessa forma, houve um acentuado crescimento no setor solar brasileiro, chegando a bater recorde de crescimento no ano de 2019, alcançando a marca de 2,4 GW instalados. Mesmo o mundo enfrentando a pandemia da covid-19, o mercado solar brasileiro teve um crescimento de 30,6%, equivalente a 1.381 MW em capacidade instalada (PORTAL SOLAR, 2021).

Do ponto de vista de tecnologia, o mercado Brasileiro é atendido com painéis fotovoltaicos com células de Silício Mono e Policristalino, painéis que chegam a até 22% de eficiência (MACHADO, 2014).

Formação de mão de obra

Para esse tipo de trabalho, o conceito de mão de obra assume-se como sendo o trabalho manual empregado para a produção de um bem industrial, podendo ser utilizado para qualquer trabalhador de uma empresa ou prestador de serviço (SIGNIFICADOS, 2021). Para uma empresa, a qualidade de seus recursos humanos é um fator chave para seu crescimento. Sendo assim, a formação de mão de obra qualificada mostra-se importante frente aos processos de seleção e recrutamento. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 2015 o Brasil ficou na 78ª colocação na qualificação de mão de obra entre 124 países avaliados. Essa informação reflete o cenário que vem sendo construído ao longo de décadas, onde não profissionais, com baixa especialização e com baixo valor de contratação, se tornam mais atrativos para o mercado (SEBRAE, 2017).

A falta de qualificação profissional é um dos principais fatores para a baixa produtividade e queda no tempo de permanência do funcionário na empresa, segundo informações do Sebrae (2017). Sendo assim, a alta procura por colaboradores com baixas pretensões salariais e sem a oferta de oportunidades de capacitação resulta na queda da agilidade para a execução de tarefas, bem como aumenta a probabilidade de as mesmas precisarem ser refeitas, assim como o risco de insatisfação do cliente (SEBRAE, 2017). Frente à ascensão do mercado fotovoltaico, surge a necessidade de profissionais habilitados para realizarem serviços operacionais e técnicos relacionados à área.

É nesse contexto que se insere a parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), um Projeto Social (Instituto Rumo Náutico) e o setor privado (ErSol) na elaboração, implementação e divulgação de uma ação de formação de mão de obra, com um currículo de nível médio que aumente a disponibilidade de profissionais para atuar no mercado fotovoltaico. O projeto teve a sua primeira turma em 2017 e, ao longo de quatro anos, contou com mais de 320 alunos participantes.

Desde sua concepção, muito em reflexo do perfil de seus partícipes, o projeto Vento Solar tem como preocupação exercer sua responsabilidade social, presente na sua política de seleção da alunos, em que se verificam cotas de gênero (50% das vagas), etnia (pretos e pardos 50%), e alunos da rede pública de ensino (50% das vagas).

Mulheres no mercado fotovoltaico

Ainda no século XXI, as mulheres amargam salários mais baixos e menor participação em cargos de lideranças, ainda que tenha sido apontado uma queda com relação à desigualdade salarial entre homens e mulheres entre os anos de 2012 e 2018. As mulheres ainda

costumam receber salários em média 20,5% a menos do que os salários dos cargos ocupados pela figura masculina (IBGE, 2017).

O salário mais baixo não é o único desafio. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há mais mulheres com dificuldades para se inserirem no mercado do que os homens, acumulando uma taxa de desemprego mundial de 6%, sendo elas 48% da força de trabalho (IRENA, 2019). A grande expansão do mercado solar trouxe benefícios sociais e econômicos, e o aumento do emprego, no que se estima 29 milhões de postos de trabalho para 2050 (IRENA, 2019).

Com base nas observações e vivência da autora (que atuava no mercado), as mulheres ocupam, em sua maioria, cargos nas áreas comerciais e de relacionamento com o cliente (restando ainda instaladores, projetistas e área financeira, entre outras). Entre os itens que inibem o desenvolvimento de carreira das mulheres no setor de energia renovável estão: normas culturais e sociais, falta de flexibilidade no local de trabalho, falta de treinamento, falta de oportunidades, entre outras (IRENA, 2019). Desse modo, vemos a grande importância de se ter cursos voltados para a área de formação em energias renováveis que possuam uma metodologia humanizada e que acolham essas pessoas com oportunidades desiguais no mercado.

De acordo com a pesquisa realizada em 2019 pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA) com 114 países, as mulheres representam, em termos mundiais, somente 32% dos trabalhadores em energias renováveis (IRENA, 2019). Ainda segundo a agência, maior participação das mulheres permitiria que fossem exploradas habilidades que a própria IRENA atribui como sendo mais caraterísticas do gênero feminino (cabe o registro de que a agência diferencia as capacidades laborais em termos de gênero) e asseguraria a distribuição socialmente justa de oportunidades socioeconômicas no cenário energético global.

Em 2019, 75% das mulheres (contra 40% dos homens) percebiam a existência de barreiras à entrada e ascensão das mulheres no setor, estando em desalinho com a ODS 05, igualdade de gênero, da ONU (IRENA, 2019). Segundo o próprio website da ONU, as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) "são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade".

Ramos *et al.* (2018), avaliando as desistências ao longo das turmas do projeto Vento Solar em 2017 e 2018, mesmo com público majoritariamente masculino, observou que a distribuição do percentual de desistências entre gêneros foi igual – se não menor – para o gênero feminino. Segundo Ramos *et al.* (2018), que avaliou os motivos da desistência do público feminino, são: 50% devido a oportunidades de emprego, 25% por questões de saúde e 25% distância entre a casa e o projeto. Já para o segmento masculino, 48% se mostraram insatisfeitos com o curso (expectativa de conteúdo mais técnico). Com base nestes dados, a autora concluiu que o público feminino tem maior procura de oportunidades de qualificação.

Atualmente, o corpo técnico do projeto possui maior participação feminina. Este fato, segundo a percepção interna[1] da equipe, cria

[1] A percepção interna da equipe foi realizada por conversas e debates presenciais.

uma atmosfera acolhedora, representativa e empoderadora para as alunas, com o objetivo de incentivar a participação e permanência delas no curso.

METODOLOGIA

O projeto Vento Solar

O projeto tem duas turmas por ano, de forma presencial, na sede do Instituto Rumo Náutico. Cada semestre é dividido em dois módulos de ensino: Módulo 1 – Conceitos e aplicações; e o Módulo 2 – Usos e Tecnologias. O primeiro módulo aborda questões básicas de energia, física, meio ambiente e cidadania (nivelamento do público heterogêneo), e o segundo módulo versa sobre temas mais técnicos da energia solar, tais como: tipos de sistemas, estrutura, componentes, conceitos de NR-10 (MTP, 1978) e NR-35 (MTP, 2012), entre outros. Mais informações podem ser vistas na página Web (https://www.professores.uff.br/marcosateixeira/projeto-vento-solar/).

As atividades de ensino do projeto Vento Solar baseiam-se numa abordagem construtivista, dentro de uma ótica de *learning by doing* numa metodologia ativa de ensino focada no(a) aluno(a) desenvolver seu próprio projeto fotovoltaico desde o dimensionamento até a apresentação para o cliente. O método baseia-se em utilizar a experiência do aluno para gerar o conhecimento necessário para resolver um problema ou alcançar um objetivo. São consideradas muitas as vantagens desse modelo de ensino, desde fazer com que o aluno tenha maior desenvoltura ao enfrentar problemas do cotidiano a trabalhar com a interdisciplinaridade entre várias áreas de conhecimento.

Pode-se observar esta metodologia sendo aplicada conforme o decorrer das aulas, onde uma pergunta, experiência pessoal ou questionamento (este podendo ser previamente elaborado pelos tutores ou proveniente de uma dúvida dos próprios alunos) serve como exemplo para todo o desenvolvimento do tópico. Ao trazer exemplos reais e do cotidiano do próprio interlocutor, a assimilação e absorção do tema a ser estudado acontece de maneira mais consistente, alinhado às práticas do pensamento construtivista de Freire (1983). Dessa forma, as aulas projetam o aluno como personagem principal e o maior responsável pelo seu processo de aprendizado, buscando incentivar que os acadêmicos desenvolvam a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa.

Um aspecto prático desta visão é o esforço do projeto em proporcionar, ao final de cada aula, a realização de uma atividade prática, denominada vivência, relacionada ao conteúdo teórico lecionado no dia. Essas vivências são realizadas em conjunto com os alunos e objetivam auxiliar e complementar a compreensão da matéria apresentada anteriormente, como pode ser observada na Figura 2 e Figura 3. Pode-se notar que, em múltiplas ocasiões, as mulheres eram incentivadas a participar ativamente, mesmo que os homens tenham mais proatividade nestas atividades.

Fechando as atividades didáticas, tem-se que as duas últimas aulas de cada semestre são práticas, ministradas pela equipe da ErSol, na qual os alunos podem colocar em prática os ensinamentos obtidos em aula e realizar a montagem de um sistema fotovoltaico, em escala reduzida (Figura 4 e Figura 5). Quando metade da turma está nas atividades práticas, a outra metade apresenta o projeto técnico, trocando na aula seguinte.

Figura 2. Atividades de vivência do projeto Vento Solar focadas em vivenciar os conceitos teóricos abordados no curso.

Fonte: Moura (2022).

Figura 3. Atividades de vivência da aula de NR-10 e NR -35, do projeto Vento Solar.

Fonte: Moura (2022).

Figura 4. Aula prática do projeto Vento Solar.

Fonte: Moura (2022).

Figura 5. Aula prática do projeto Vento Solar

Fonte: Moura (2022).

Percepção de gênero no projeto

Com o objetivo de verificar se a metodologia e as atividades do projeto Vento Solar levaram mesmo a uma maior participação feminina, foi conduzida uma análise das ações de formação em termos de sensibilidade de gênero, bem como buscou-se verificar se as suas ações formativas englobam preocupações pedagógicas atuais que auxiliem abordagens inclusivas e socialmente sensíveis.

Esta percepção junto às mulheres capacitadas ou em capacitação foi inicialmente avaliada por questionário online com 17 questões para compreender e identificar como o curso influenciou na ocupação profissional dessas mulheres e como se sentiram ao participar do programa (MOURA, 2022). As perguntas abordaram os seguintes aspectos: se elas se sentiam à vontade para falar (voz ativa durante o processo educativo), se foram ouvidas em suas demandas (não foram ignoradas); e se o corpo docente tinha representantes femininas e, caso houvesse, qual foi a influência (positiva, negativa ou indiferente). O questionário foi elaborado de forma a não intimidar as mulheres em suas respostas. Foram incluídas perguntas de pesquisa de perfil. Segundo a EJE Consultoria (2020), essas perguntas servem para identificar as alunas que procuram os cursos profissionalizantes nas áreas de energia fotovoltaica, bem como tentar entender razões para desistências.

Na análise dos formulários buscou-se identificar se as estratégias de inclusão do projeto foram percebidas pelo público feminino como ações de incentivo às alunas a ingressar e a permanecerem nos cursos, tais como:

- Influência da presença feminina no corpo docente;
- Espaço family friendly;
- Atividades inclusivas; e
- Espaço acolhedor.

Comparação com as demais ações de formação de mão de obra

De forma comparativa, foram buscados outros cursos de formação disponíveis na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os critérios considerados para a escolha foram:

- Estarem localizadas na região de estudo;
- Possuir website, com informações de contato; e
- Possuir mais de uma turma formada à época da pesquisa.

Esse mesmo questionário também foi disponibilizado para alunas dos diferentes programas de treinamento em Fotovoltaica (com base em e-mail fornecido pelos cursos), acompanhados de uma carta de apresentação e perguntas gerais sobre como o curso aborda as questões de gênero (em caso afirmativo), assim como políticas vigentes de promoção de gênero igualdade, e solicitando permissão para o envio do formulário às alunas.

RESULTADOS

Considerando a metodologia *learning by doing* (cuja tradução significa "aprender fazendo"), trata-se de uma teoria da educação exposta por John Dewey, que colocou em prática a educação baseada no processo ativo de busca do conhecimento pelo estudante, que deveria exercer sua liberdade (BACICH, 2018). Essa metodologia é um braço da metodologia de ensino construtivista, mais eficaz para gerar aulas mais dinâmicas e motivadoras, em linha com as propostas de KOCH (2003), onde o currículo formal deve refletir a experiência vivida por todos os alunos para que a construção do conhe-

cimento seja um esforço compartilhado. Nesse sentido, 62,5% das alunas consideram que a metodologia difere daquela a que estavam habituadas, trazendo muitos exemplos e aplicações em linguagem simples (12,5% indiferente e 25% não difere).

Em termos de ambiente, foi observado que 75% das alunas afirmaram que se sentiram à vontade e acolhidas no curso, e apontaram que o fato de ter tutoras influenciou na resposta (25% mais ou menos e 0% não). Dentre os testemunhos e observações as percepções positivas se basearam em: identificação; confortáveis em poder tirar dúvidas; se sentirem acolhidas; e ser uma troca de experiência, entre outros fatores. No tocante a sentir-se com voz no curso, 62,5% das alunas afirmam de forma positiva, relatando que o fato de ter uma equipe técnica feminina fez a diferença (25% indiferente e 12,5% não positiva).

Todas as mulheres que participaram da pesquisa contabilizam idades entre 21 e 31 anos, com escolaridade entre ensino superior e pós-graduação. 57,1% se consideram brancas e 42,9% se consideram pardas. Dessa forma, pode-se concluir que essas mulheres (que estão se inserindo no mercado de trabalho) acreditam que ter um espaço de aprendizado que englobe suas necessidades e que as deixem à vontade é importante para que se motivem a buscar uma formação.

Comparação com as demais ações de formação de mão de obra

Foram identificados sete cursos de formação profissional na área de energia solar oferecidos entre as cidades de Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo. Essas empresas estão divididas entre três integradoras de sistemas fotovoltaicos e quatro centros de cursos profissionalizantes[2]:

- Bluesol[3]: Integradora de sistemas fotovoltaicos, que oferece diversos cursos na área de energias renováveis, desde treinamentos completos a cursos de instalação.
- Ersol[4]: Integradora solar, cujo sócio é parceiro do projeto Vento Solar. Oferece cursos voltados para a área técnica como NR-10 e NR-35.
- LGL Solar[5]: Treinamento e cursos voltados em energia solar desde 2015. Oferece cursos técnicos, aulas práticas e voltadas para a área comercial.
- Propulsive[6]: Escola técnica particular com atuação no eixo industrial e de serviços técnicos especializados, dentre eles o curso de energia solar.
- Solarize[7]: Serviços em tecnologia ambiental com foco em cursos de energia solar. Credenciado pelo Sebrae e associado à AB-Solar.
- Solarday[8]: Empresa que atende com instalação de energia solar no estado do RJ e oferece cursos para instalador fotovoltaico e projetista On Grid.
- Serae[9]: Oferece cursos profissionalizantes nas áreas de elétrica e refrigeração, além do curso de energia solar fotovoltaico.

Diferente do que foi observado com as alunas do projeto Vento Solar, não foram obtidas respostas dos questionários enviados às

[2] A menção de marcas não constitui recomendação por parte da autora.

[3] https://bluesol.com.br/curso-de-energia-solar/

[4] https://www.ersol.com.br/

[5] https://lglsolar.com.br/

[6] https://propulsive.com.br/cursos/energia-solar/

[7] https://www.solarize.com.br/cursos-e-eventos/

[8] https://www.esolarrj.com.br/curso

[9] https://serae.com.br/curso/eletrica/energia-solar.php

alunas dos outros cursos. Foi analisado nos sites dos cursos se os mesmos possuíam algum tipo de documento, política ou missão de inclusão feminina, o que não foi encontrado. Desta forma, fazendo a análise das respostas das empresas que oferecem cursos de energia solar, não é possível ter nenhuma evidência concreta que corrobore a existência de políticas de inclusão de mulheres.

DISCUSSÃO

Uma escolha metodológica, o construtivismo, e uso de exemplos do dia a dia dos alunos são aspectos essenciais para a maior interação das alunas mulheres, quando colocados exemplos do cotidiano ao longo dos debates. Com a participação igualitária entre os gêneros, em decorrência do sistema de cotas, é notável a evolução da presença feminina nas aulas ao longo do semestre. Esse fato leva a considerar que esta metodologia vem sendo aplicada com sucesso, pois deixa as mulheres mais à vontade em expor a sua opinião, buscar conhecimento e qualificação técnica no curso. Toda a elaboração das aulas é realizada de modo a estimular, e encorajar a participação de todos, e criar um ambiente de aprendizado saudável.

Outra preocupação é o uso de linguagem mais próxima ao cotidiano, o que pode ser visto no ensino de conceitos de física ligado às situações vivenciadas pelas(os) alunas(os), como Força, Deslocamento e Trabalho, a exemplo de evocar a experiência de quanto é necessário empurrar um carro para ele "pegar no tranco". Quanto maior/mais pesado o carro, maior a força necessária. Quanto mais empurramos, maior a distância, o que leva a uma percepção de maior cansaço, ou seja, mais trabalho; adiciona-se se tiver uma subida e tem-se o conceito de energia potencial (mgh), que é o que "ajuda" quando empurrar ladeira abaixo. Essa preocupação faz com que a(o) aluna(o) se sinta mais próxima(o) do ambiente de sala de aula, aumentando o sentimento de pertencimento e diminuindo a distância entre o seu saber e o conhecimento que se quer transmitir.

Um aspecto chave observado, que pode ser considerado como fator de incentivo para as alunas do curso do projeto Vento Solar, foi a forte presença de professoras em cargos de ensino (ou seja, práticas de liderança e avaliações), juntamente com o uso de uma linguagem não-sexista e inclusiva, evitando o humor sexista. Tais fatores cooperam para criar uma cultura de sala de aula emocionalmente segura igualmente para mulheres e para homens.

Outro exemplo foi o caso de mães que não conseguiram encontrar creche e foram incentivadas a trazer seus filhos para a sala de aula, apoiando essa política de equidade e gênero neutra e inclusiva. Ao longo das vivências (atividades práticas realizadas ao final de cada aula), as alunas sempre eram chamadas e incentivadas a participar para que assim pudessem assimilar o conhecimento e ter o processo de aprendizado completo. Exemplos dessas ações podem ser vistas na Figura 6.

Mesmo sem se observar evidências de preocupação com gênero nas políticas, metodologias ou políticas dos outros cursos identificados, houve, em um caso particular de uma das empresas contatadas, uma comunicação com uma funcionária que colocou que, mesmo não havendo nenhuma política específica com relação à igualdade de gênero (bem como não existe documento, missão ou valores da empresa que aborde o assunto), ela também vê que a parcela feminina nesse mercado é muito pequena, demonstrando sua

Figura 6. Filhas(os) junto às suas mães durante as aulas do projeto Vento Solar.

Fonte: Moura (2022).

preocupação e sensibilidade às questões de gênero. Vale ressaltar que, nas imagens apresentadas nos sites, não há mulheres atuando na área; apenas homens ou imagens dos componentes do sistema. Essa falta de fotos pode ser tomada como uma evidência da necessidade de currículos atentos às práticas de inclusão do público feminino.

Dessa forma, entende-se que em breve – senão agora – os cursos de capacitação e formação deverão contemplar a questão de gênero em seus currículos e metodologia de ensino, onde essas questões devem ser abordadas (MARSHALL; REINHARTZ, 1997):

- O que eu digo (posicionamento), ou como sou visto (percepção pelo público);
- Como faço para encorajar homens e mulheres na sala de aula (não da mesma forma); e
- A quem ofereço oportunidades de aprendizagem experimental e liderança.

Sendo assim, está posto o quão importante é a criação de cursos e metodologias que acolham todos os públicos, que incentivem a não desistência e que explorem ao máximo o potencial dos alunos. O projeto Vento Solar oferece uma qualificação sem distinção de gênero e totalmente igualitária, como um exemplo de iniciativa para reduzir essa diferença de gênero no mercado de trabalho.

No entanto, com base na comunicação com os demais cursos, assim como percepção do mercado, apesar da grande evolução da participação feminina ao longo dos anos, ainda há um abismo entre o percentual entre homens e mulheres no mercado das energias renováveis e energia solar, e as mulheres ainda possuem poucas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi percebida nenhuma diretriz de política de gênero em vigor nos cursos de formação e capacitação para o mercado de energia fotovoltaica/renovável na região metropolitana do Rio de Janeiro. Como um curso dirigido pela Universidade, o projeto de capacitação Vento Solar foi uma exceção, que possibilitou abranger um currículo que valorizava todas as experiências e conseguiu garantir a atração e permanência do público feminino. Este sucesso foi atribuído às seguintes escolhas:

- Metodologia de ensino *learning by doing*;
- Uso de exemplos próximos à realidade das(os) alunas(os);
- Uso de linguagem simples;
- Forte presença de professoras em cargos de ensino;
- Incentivo à participação das mulheres nas vivências;
- Uso de uma linguagem não-sexista e inclusiva;
- Não uso de humor sexista; e
- Acolhimento das mães para poderem levar seus filhos à sala de aula.

São fatores que levam à uma melhor performance no quesito gênero, o que foi percebido na criação de um ambiente acolhedor e igualitário, além de deixá-las mais à vontade em expor a sua opinião, buscar conhecimento e qualificação técnica no curso (em especial no caso de ter mulheres em posição de tutoras ou professoras, o que incentiva outras mulheres a se sentirem acolhidas).

AGRADECIMENTO

O projeto Vento Solar agradece o apoio e recursos do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), construído a partir de uma parceria entre a Prefeitura de Niterói, a UFF e a Fundação Euclides da Cunha, assim com a contribuição e incentivo da Prof.ª Larissa Moreira Viana.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Resolução normativa Nº 482**. Brasília, 2012.

BACICH, Lilian; MORAN José. **Metodolog as ativas para uma educação inovadora: uma abordagem téorico-prática** [recurso eletrônico] Lilian Bacich, José Moran. – Porto Alegre: Penso, 2018 e-PUB. Disponível em: https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf. Acesso em: 25 jan 2022

BRAGA, Renata Pereira. **Energia solar fotovoltaica: fundamentos e aplicações**. 2008. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Jan, 2008.

ENERGES. **História da energia solar**. 2020. Disponível em: https://energes.com.br/energia-solar/historia-da-energia-solar/. Acesso em: 06 dez 2020.

FONSECA, Sandra Medeiros; MATTAR, João. Metodologias ativas aplicas à educação a distância: revisão da literatura. **Educação A Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais**, São Cristóvão, v. 17, n. 2, p. 185-197, ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Daiane de Oliveira; FONSECA, Natália da Silva Martins. **Principais fatores que influenciam a Desigualdade de Gêneros no Mundo**. In: Congresso nacional de matemática aplicada e computacional, 2019, Uberlândia. Uberlândia: SBMAC, 2019. v.1, p. 1-6.

Governo do Estado do Ceará; **Primeira Usina de Energia Solar é inaugurada no Ceará, 2014.** Disponível em: https://www.ceara.go8 de dezembroprimeira-usina-de-energia-solar-e-inaugurada-no-ceara/. Acesso em: 22 mar 2022.

INCERTI, Tania Gracieli Vega; CASAGRANDE, Lindamir Salete . **Elas fizeram (e fazem) parte da história da ciência e da tecnologia e são inventoras sim!**. 37. ed. Curitiba: Caderno de gênero e tecnologia, 2018. 5-26 p. v. 11.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. ATLAS Brasileiro de Energia Solar. [S. l.: s. n.], 2017.

IRENA, **Renewable Energy: A Gender Perspective**. IRENA, Abu Dhabi, 2019. Available at:https://www.irena.org/-media/Files/IRENA/Agency/Publication/2019/Jan/IRENA_Gender_perspective_2019.pdf. Acesso em: 22 mar 2022.

KOCH, Janice. **Gender Issues in the Classroom. Handbook of Psychology**. Hoboken: John Wiley & Sons, vol 7 - Educational Psychology, Chapter 12, pg. 259 – 281, 2003.

MACHADO, C. T; MIRANDA, F. S. **Energia Solar Fotovoltaica: Uma Breve Revisão**.Revista Virtual de Química.Niterói, v. 7, n. 1, p. 126-143, 14 out. 2014.

MARSHALL, Carol Sue; REINHARTZ, Judy. **Gender Issues in the Classroom. The Clearing House:** A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas, Volume 70, 1997 - Issue 6, Pages 333-337. DOI: https://doi.org/10.1080/00098655.1997.10543538.

MARTINS, Luísa Lima Bastos ; LIMA, Anne Floriane Da Escóssia ; LEMOS, Maria Cecilia De Almeida Monteiro . **Os Reflexos da Sociedade Patriarcal na Divisão Sexual do Trabalho e Sua Influência no Judiciário Trabalhista**. 98. ed. Brasília: RDP, 2021. 346-37 p. v. 18.

MOURA, Tatiana de Abreu. **Gêneros em ações de formação de mão de obra voltada para o mercado fotovoltaico em Niterói – RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso: Graduação em Eng. de Rec. Hídricos e Ambiental, Universidade Federal Fluminense, 2022.

MTP - Ministério do Trabalho e Previdência. PORTARIA N.º 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978: **Norma Regulamentadora No. 15 (NR-15)**: Atividades e Operações Insalubres. Brasília: MTP, 1978. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/1978/portaria_3-214_aprova_as_nrs.pdf

MTP - Ministério do Trabalho e Previdência. PORTARIA N.º 313, DE 23 DE MARÇO DE 2012: **Norma Regulamentadora No. 35 (NR-35)**: Norma Regulamentadora p/trabalho em altura. Brasília: MTP, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2012/portaria_313_aprova_a_nr_35.pdf

NASCIMENTO, Cássio Araújo do. **Princípio de funcionamento da célula fotovoltaica**. 2004. 1 v. Monografia (Especialização) - Curso de Fontes Alternativas de Energia, Engenharia da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações**. 2019. Repórter da Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes. Acesso em: 03 dez. 2020.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [S. l.]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 7 fev. 2022.

PORTAL SOLAR. **Tipos de Painel Solar Fotovoltaico**. Disponível em: https://www.portalsolar.com.br/tipos-de-painel-solar-fotovoltaico.html. Acesso em: 14 out. 2018.

RAMOS , L.L.P; TEIXEIRA, M.A; MARQUES, T.S; LIMA, R.A.R. **Representação de gênero no projeto vento solar para o mercado fotovoltaico.** IV Workshop de Engenharia De Biossistemas, [s. l.], 2018.

SEBRAE. **A importância da qualificação da mão de obra: O investimento em seleção criteriosa e no desenvolvimento dos funcionários podem gerar excelentes retornos para a empresa**. 2017. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-importancia-da-mao-de-obra-qualificada, Acesso em: 05 dez. 2020.

SILVA, Thais Corrêa. **A mulher no mercado de trabalho: Uma introdução ao estudo sobre a desigualdade salarial entre gêneros nos setores da economia**. 2019. 1 v. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

TREVIZAN, Karina. **Participação das mulheres no mercado de trabalho segue menor que a dos homens, diz OIT**. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-segue-menor-que-a-dos-homens-diz-oit.ghtml. Acesso em: 05 dez. 2020.

WAGNER, Ana Liria Souza. **Gênero e mercado de trabalho: uma análise do Brasil (2007 – 2017)**. 2019. 1 v. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO HUMANA NAS OFICINAS INTEGRADAS EJA-UFF

Bruno Vale Nobre Batista[1]
Yasmin Melo Santos[2]
Alessandra Daflon dos Santos[3]
Bruno Ferreira Teixeira[4]
Christiane Sheyla Magalhães de Mattos[5]
Abigail Rodrigues dos Santos Nepomuceno[6]
Aline Soares Teixeira Santos[7]
Emily da Conceição de Santana[8]
Iasmim Oliveira dos Anjos[9]
Paloma Vasconcelos de Queiroz[10]
Sulla Rodolpho Pinto[11]

[1] Universidade Federal Fluminense. Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

[2] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

[3] Universidade Federal Fluminense. Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, campus Rio Das Ostras.

[4] Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Docente do Departamento Interdisciplinar - curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras.

[5] Universidade Federal Fluminense. Mestranda em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Docente na Escola Municipal Mônica de Andrade Ribeiro.

[6] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

[7] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

[8] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

[9] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

[10] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

[11] Universidade Federal Fluminense. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

No artigo que se apresenta, relata-se uma experiência de extensão fruto da parceria entre uma escola municipal e a Universidade Federal Fluminense - Campus Universitário de Rio das Ostras (UFF-CURO). O projeto tem como principal objetivo promover novas relações de ensino-aprendizagem através do trabalho com oficinas, afirmando o protagonismo dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Utilizando alguns conceitos para descrever as oficinas como metodologia e nos inspirando no pensador e educador Paulo Freire, pensamos a educação como um espaço aberto de saberes e práticas que se encontram promovendo a necessária compreensão do sujeito como agente das transformações no mundo que o cerca. Nesse sentido, o presente artigo tem por finalidade relatar um pouco a história desta parceria, iniciada em 2017.

Palavras-chave: educação; educação jovens adultos; extensão; universidade

ABSTRACT

The paper that is presented reports an extension experience resultingfrom the partnership between a municipal school and the Universidade Federal Fluminense - Campus Universitário de Rio das Ostras (UFF-CURO). The main objective of the project is to promote new teaching-learning relationships by working with workshops, affirming the role of students in Youth and Adult Education (EJA). Using some concepts to describe the workshops as a methodology and inspired by thinker and educator Paulo Freire, we think of education as an open space of knowledge and practices that promote the necessary understanding of the subject as an agent of transformation in

the world around them. In this sense, the purpose of this paper is to tell a little about the history of this partnership, which began in 2017.

Keywords: Education, Youth and Adult Education, Extension, University

UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA

Este artigo tem como objetivo apresentar o relato de uma ação extensionista em uma instituição escolar. O projeto atualmente intitulado "Projeto EJA-UFF: ações em tempos de pandemia" é desenvolvido por alunos e professores da turma da Educação para Jovens e Adultos (EJA), da Escola Municipal Mônica de Andrade Ribeiro (E.M.M.A.R.)[1] em parceria com a Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras (UFF-CURO).

Em novembro de 2016, foi apresentado à direção e professores da escola um esboço do que viria a ser o projeto, sendo realizadas sucessivas reuniões para discutir e planejar todo o processo. Como metodologia, pensou-se no trabalho com oficinas, a fim de promover uma relação de ensino-aprendizagem diferente da sala de aula tradicional, mais horizontal, e que propiciasse a articulação de diferentes saberes e práticas, afirmando os alunos da EJA como protagonistas do seu processo de formação.

Observando as Diretrizes Nacionais para a EJA, que transitam no sentido de desenvolver ações culturais, respeito à diversidade, exercício da cidadania, integração da escola à cidade e estímulo à afetividade nas relações (MATTOS, 2016), as oficinas são entendidas como dispositivos para promoção de um processo de formação que implique uma efetiva troca de saberes e experiências entre todos que delas participam. Entendemos as oficinas como dispositivos que têm como objetivo articular diferentes processos:

> [...] de produção, reprodução e consumo ligados às relações de saber, poder e processos de subjetivação, ou seja, é uma máquina de produção de subjetivação, atravessado por linhas de saber e poder. O dispositivo pode ser entendido como uma máquina de produção de discursos e de ações-relações, em que se faz "falar" e se faz "ver", produzindo enunciações, visibilidade distintas, acontecimentos e modos de ser (DELEUZE, 2018, s/p.).

A ideia inicial previa que nas oficinas seriam trabalhados "temas geradores" que estivessem articulados com debates presentes na sociedade, tais como globalização, emprego/trabalho, arte/cultura, questões raciais, gênero, homofobia, educação solidária, meio ambiente/sustentabilidade, linguagens, tecnologias, movimentos sociais, entre outros, os quais seriam trabalhados a cada bimestre.

O primeiro tema gerador foi intitulado "Eu no mundo", que tinha como subtema "Identidades" a ser desenvolvido no primeiro bimestre,

[1] A escola chamava-se Escola Municipal Acerbal Pinto Malheiros e, por meio do projeto de lei N° 144/2021, em vigor desde 21 de junho de 2021, passou a chamar-se Escola Municipal Mônica de Andrade Ribeiro. O intuito foi homenagear e reconhecer a memória da Professora Mônica de Andrade Ribeiro, então diretora da escola, que foi uma das vítimas na pandemia de covid-19.

e o subtema "Trabalho" no segundo bimestre. Esses temas foram escolhidos para início da ação por entendermos que seriam importantes para os estudantes da EJA e coerentes com a apresentação da nova abordagem.

Para o subtema "Identidades" foram desenvolvidas oficinas sobre etnia, gênero, família e religiosidade, e para o subtema "Trabalho" foram propostas oficinas que abordavam questões como entrevista de emprego, elaboração de currículo e teste vocacional.[2]

As atividades do projeto tiveram início em 2017, pactuada com a direção e professores e prevendo a suspensão das aulas nos dias das oficinas que, naquele momento, contavam com periodicidade quinzenal, alternando sua realização em diferentes dias da semana, e oferecidas entre três e cinco atividades simultâneas, para que os estudantes pudessem escolher aquelas que mais interessavam. Paralelo ao trabalho das oficinas, cada professor em sua disciplina específica trabalharia os subtemas em sala de aula, articulando-o com o conteúdo a ser ministrado.

Além das oficinas, organizamos idas ao teatro, às atividades culturais que acontecem na cidade e às atividades que são promovidas na universidade (semanas acadêmicas, visitas aos laboratórios, à biblioteca, etc.)[3]. Outro objetivo importante do projeto é promover um laço dos estudantes da EJA com a universidade, que compreendam este espaço como seu também, e que existem formas de acesso aos cursos presentes em nosso Campus.

O público da EJA é bastante heterogêneo e, para conhecê-lo um pouco mais, realizamos[4] uma pesquisa para conhecermos aspectos sociais e culturais da vida desses estudantes. De caráter quantitativo e descritivo, o estudo foi realizado no final de 2017, por meio de um questionário com 69 questões objetivas; do universo de 125 alunos matriculados à época, 83 (66%) responderam ao questionário.

Oriundos das classes populares, a maioria dos estudantes autodeclararam-se negros; havia uma grande parcela desempregada ou atuando na informalidade possuindo renda de até um salário-mínimo.

A família, a igreja e a escola apareceram em todas as respostas como instituição importante no processo de sociabilização. A maioria vivia em grupos familiares de até quatro pessoas e 83% se declararam não naturais do município. Sabendo que a cidade tem uma forte influência petrolífera, o aumento populacional naquele período apareceu como fruto dos postos de emprego no campo do petróleo. Sobre a escolaridade dos familiares, os respondentes informaram que as mães possuíam grau de escolaridade (ensino fundamental) maior do que o dos pais.

Como efeito da política municipal de sugerir aos estudantes acima de 15 anos fora de sua série-idade que continuem seus estudos na EJA, a população estudada revelou maioria de jovens de até 19 anos, sendo predominantes as pessoas que se identificaram com

[2] Oficinas realizadas no primeiro semestre de 2017: Trabalho e identidade, Corpo e imagem, Yoga, Experiências sinestésicas; A arte de contar histórias através da costura e do bordado; Visita ao Teatro Popular de Rio das Ostras – Decameron: a comédia do sexo; Identidade afro-brasileira e juventude; Uma conversa sobre beleza e fotografia; Brinquedos e brincadeiras antigas; Gênero e diversidade; EJA: eu no trabalho; Ofício do profissional de produção cultural; Roda de conversa: planejando as oficinas na escola; Convivendo com as diferenças; Da cabeça aos pés; Desigualdade, gênero e trabalho; A atividade profissional dos transportadores de carga no Brasil; Cine-debate "Tempos Modernos"; Por uma postura corporal melhor; Neurociências e as mudanças da vida; Relações humanas e trabalho; Criando meu curta-metragem.

o gênero feminino, indicando também dominância na identificação com a orientação heteronormativa.

Perguntados sobre a estrutura da escola, os estudantes avaliaram como "ótima" ou "boa", avaliando positivamente também o trabalho dos professores. Em relação ao projeto, a ótima avaliação indicou a possibilidade de continuação, uma vez que os participantes consideraram que existiu uma conexão entre as atividades das oficinas e os conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula, em especial nas disciplinas de Português, História e Ciências.

Estes dados orientaram a apresentação de um único tema para o segundo semestre de 2017, intitulado "Minha vida, sua vida, nossa vida"[5], e marcou o início do engajamento de alguns estudantes da EJA no desenvolvimento das oficinas.

Naquele ano, destacamos a realização da Oficina de gênero e diversidade sexual, que surgiu a partir de atitudes homofóbicas reveladas dentro da escola. Alguns integrantes da equipe[6] planejaram uma oficina, que se daria em quatro encontros com temas pré-definidos e interligados, com o objetivo de debatermos tais questões na escola. Os temas eram: I) o sexo biológico como determinante de gênero, a fim de problematizar a temática de gênero e sua percepção no cotidiano; II) a desigualdade de gênero ditada pelos papéis sociais, debatendo sobre o universo das profissões e o mercado de trabalho; III) identidade de gênero, visando problematizar situações de violência e as possíveis formas de enfrentamento; e IV) violências de gênero representadas no cotidiano como fomentam a diversidade e as situações de violência dentro da escola.

De modo lúdico, o grupo que promoveu essa oficina buscava utilizar colagens, brinquedos, fotografias, desenhos, recursos audiovisuais (curta-metragens, documentários, filmes, etc.), além de tomar de empréstimo elementos do Teatro do Oprimido, utilizado como estratégia no terceiro encontro.

Em suas análises sobre a experiência, Toledo (2017) aponta que ficou clara uma confusão com o assunto entre os participantes da oficina, que esperavam da equipe uma direção sobre o tema. Muitos não tinham clareza sobre a definição de gênero e as questões que giram em torno desta temática, como a heteronormatividade, a naturalização da violência e

[3] Em 2017, além da apresentação do projeto pelos alunos bolsistas, integramos a programação com duas oficinas produzidas por uma professora e outra, por um estudante da EJA, respectivamente: "Oficina de introdução ao estudo de Libras" e "Roda de conversa: filosofia budista", em conjunto com a agenda acadêmica da UFF.

[4] Raja Khalil Gebara Novaes, estudante de Serviço Social, sob orientação do professor Bruno Ferreira Teixeira (Departamento Interdisciplinar – RIR – Curso de Serviço Social). A pesquisa foi realizada nos dias 4, 5 e 6 de julho de 2017 e contou com a colaboração dos demais membros da equipe na aplicação dos questionários.

[5] Oficinas realizadas no segundo semestre de 2017: Conhecendo o ciee; Álcool e outras drogas; Introdução ao curso básico de libras; A educação ambiental no ensino da geografia; Participação da EJA no III Encontro de contos e contadores de histórias de Rio das Ostras; Cine-debate filme "O aluno"; Produzindo mandalas; Cine sobre gênero e diversidade sexual; Drogas: políticas proibicionistas e redução de danos; Saúde, economia e ecologia; Movimentos sociais da cidade e região; Gênero e sexualidade; Narrativas des-contruídas; A organização estudantil – grêmio livre!; Ocupações estudantis - #ocupatudo; "Acabou a paz: isso aqui vai virar o chile".

[6] O grupo que desenvolveu a oficina foi composto por Laís Mendes Toledo, Ana Flávia Souza Carvalho, Shanykka Rojas, Jaqueline Nascimento e Matheus Vinicius Silva Dreys.

a homofobia. Contudo, houve uma intensa participação dos estudantes da EJA nesta oficina ao longo de todo o ano.

A conclusão dos encontros previstos para esta oficina culminou com o encerramento do ano letivo e a integralização do curso de graduação de alguns membros da equipe, que transformaram a experiência dessa atividade em objeto de análise de seus trabalhos de conclusão de curso[7].

Ao iniciarmos o ano letivo de 2018[8], recebemos a demanda pela continuidade da ação por parte de uma estudante da EJA que havia participado de todos os encontros da Oficina de gênero e diversidade.

Convidamos esta estudante para integrar a equipe do projeto, assumindo papel de direção e orientação sobre o funcionamento das oficinas e na orientação dos temas. A continuidade do trabalho deu-se sob o título "A sexualidade do outro te incomoda?", em formato de roda de conversa. As vivências de cada um eram o ponto de partida para as reflexões construídas coletivamente e que tinham como finalidade "(...) criar um movimento de fortalecimento da população LGBTQIAPN+ naquele território" (CARVALHO, 2018)[9].

METODOLOGIA DO PROJETO - OFICINAS

O principal objetivo do projeto é fomentar o diálogo de maneira que possibilite lidar com o processo de formação dos sujeitos da EJA, a fim de exercerem maior participação social dentro e fora da escola, atuando como protagonistas da ação educativa. Assim, a metodologia utilizada pelo projeto é feita por meio das oficinas, trazendo o fomento para pensar a educação a partir da noção de experiência.

Bondía (2002), citando Walter Benjamin, aponta como característica do mundo atual a pobreza da experiência. Na "sociedade da informação" o que prevalece é o conteúdo esvaziado de sentido e distante das vidas dos sujeitos. A informação ocupou o lugar do pensamento e da criação; ela desimplica os sujeitos da possibilidade da reflexão, pois seu conteúdo neutro e editado tornou-se verdade incontestável. Os conteúdos ministrados na escola podem ser associados à informação, e são tratados como verdades e necessários para alcançar o diploma, transmitidos e reproduzidos mecanicamente.

> A informação não é experiência, não deixa lugar para a experiência. A informação cancela nossa habilidade de experiência. É necessário separar experiência da informação para desfazer a enganosa ideia que o conhecimento se dá sob a forma de informação, como se aprender não fosse outra coisa que não adquirir e processar informação (BONDÍA, 2002, p. 21).

Para o autor, o sujeito da experiência não é o sujeito da informação, não é o sujeito da opinião, mas "[...] território de passagem, super-

[7] Ver Toledo (2017) na Referência Bibliográfica. Outros dois trabalhos de conclusão de curso foram produzidos: "Machismo na escola: refletindo a questão de gênero na educação com alunos da modalidade EJA", da estudante de Serviço Social Jaqueline Nascimento Ribeiro, e "A homofobia nas escolas: educação como método de intervenção", do estudante de Psicologia Matheus Vinicius Silva Dreys, ambos os defendidos em 2017.

[8] Equipe em 2018: Ana Flávia Souza Carvalho, Emily da Conceição Santana, Larissa de Carvalho Silva, Rafael Gouvea Damásio, Shanykka Queiroz Rojas, Sulla Rodolpho Pinto, Thaís Espindola, Bruno Vale Nobre Batista, Diego Almeida Cordeiro, Raja Khalil Gebara Novaes, Vitoria Xavier Gorman, Jorge Luiz Caetano da Silva, Isabela Cristina Siqueira, Carina Marins dos Santos Pinto. A equipe ainda contou com uma estudante do ensino médio, bolsista Jovens Talentos/FAPERJ.

[9] O grupo que ficou responsável pelo desenvolvimento desta oficina no ano de 2018 foi composto pelas alunas Ana Flávia Souza Carvalho, Shanykka Rojas e Thaís de Almeida Espíndola.

fície sensível que aquilo que acontece, afeta de algum modo, produz afetos, inscreve marcas, deixa vestígios, alguns efeitos" (BONDÍA, 2002, p. 24). A experiência é aquilo que constitui o próprio corpo que engendra um olhar sobre o mundo orientando nossas ações. O sentido da educação, então, deve ser este de afirmar a experiência como potência criadora, promovendo encontros que afirmam a vida em sua diversidade. A experiência é rara, singular, e isto quer dizer que implica uma necessária abertura ao outro, às diferenças, ao coletivo-em-nós.

Constituído por estudantes e professores de diferentes campos do conhecimento, da escola e da universidade, o projeto também conta com a colaboração de pessoas da comunidade local, configurando-se como lugar de encontro de múltiplos saberes, olhares e fazeres, promovendo um diálogo entre esses atores com a escola, a EJA, a formação, a universidade, o cotidiano. Ou seja,

> O que se pretende com o diálogo (...) é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1977, p. 52).

O diálogo entre sujeitos ativos estabelece a produção do conhecimento não de modo tutelado e verticalizado, mas pela solidariedade e participação em sua produção. Este é um sentido que se pode atribuir à extensão universitária, partindo do pensamento de Paulo Freire (1977), em oposição às práticas assistencialistas que a caracterizaram em outros momentos históricos.

Desfazendo em nós os "muros" que marcam a relação universidade-sociedade, a extensão pode ser pensada como espaço de formação e instrumento político para provocar deslocamentos nos processos formativos de estudantes, professores e todos aqueles implicados em tais ações, ultrapassando a disciplina conteudista da sala de aula e o especialismo da pesquisa, assim evidencia o caráter múltiplo e polifônico da produção de conhecimento. Desse modo, deslocamentos são produzidos no espaço institucional que acolheu o projeto, mas, antes de tudo, em nós mesmos.

Estabelece-se uma ética que, diferente dos processos de individualização contemporâneos, tem como efeito a possibilidade de criarmos outras redes relacionais e nos entendermos como elemento delas. Paradoxalmente, quanto mais autônomo o sujeito, mais engajado em uma coletividade, que é protagonista na produção de suas regras, na análise de suas dificuldades e problemas, e na criação de estratégias e soluções.

Para o autor da Análise Institucional, Gregório Baremblitt (1992), as escolas devem propiciar nos coletivos tais processos. Esta "gestão da vida" não é feita de fora para dentro, nem de cima para baixo, mas a partir da percepção de pertencimento em um coletivo, e isto só é possível na experiência. Instaura-se, então, uma experiência ética, coletiva, múltipla, heterogênea, polifônica, crítica, que faz problema sobre como vivemos a vida e sobre como podemos vivê-la de outras maneiras.

Essa análise vai ao encontro da tese apresentada por Candau (1999) sobre a prática de oficinas caracterizada pela "construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências" (p. 23). Ou seja, o saber não se constitui apenas no resultado final, mas principalmente no processo de aprendizagem e na construção coletiva do conhecimento.

Neste sentido, promovemos ações integradas a outros projetos de extensão, como a visita ao Quilombo da Machadinha, no município de Quissamã, projeto coordenado pela professora Maria Raimunda Penha Soares (Departamento Interdisciplinar - UFF-CURO) e a exibição do documentário "Fora de Série", contando com a presença do diretor e produtor, o professor Paulo Carrano (Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF). Contamos com a colaboração da médica veterinária Luciene Santiago, que promoveu oficinas objetivando a conscientização ambiental e o desenvolvimento de ações de limpeza nas praias locais, realizadas no ano seguinte.

Assim, entendemos que a escola pode se tornar um espaço de práticas da cultura popular, dos guetos, erudita, enfim, de toda prática coletiva que congregue e articule com a comunidade local.

MUDANÇAS NO PROJETO

No ano de 2019[10], foi necessário reformular o projeto em função das demandas feitas pelos estudantes da EJA por meio de um levantamento realizado em 2018. Primeiro, as oficinas simultâneas ocorreriam uma vez por mês, sendo intercaladas com uma atividade cultural/artística coletiva. Segundo, além das oficinas "pontuais"[11], pensamos em privilegiar as atividades que chamamos de "contínuas", ou seja, oficinas que previam um número maior de encontros, percorrendo todo o ano letivo.

Iniciamos este ano com a proposta da criação da horta orgânica escolar-comunitária, pensada a partir da lógica da economia sustentável, proposta pelo ex-estudante da EJA Adão Nunes e pela estudante de Psicologia Paloma Queirós. A necessidade desta atividade pode ser apreendida pela íntima relação entre o humano e a terra, como exposto no texto de Adão e Paloma:

> A desvinculação do "Homem" dos processos de produção e trato com a terra tem tornado a sociedade cada vez mais consumista e apartada do contato com a produção de alimentos saudáveis. Hoje, o excesso de industrializados e o consumo de alimentos transgênicos ou cultivados a partir do uso de pesticidas e agrotóxicos usados em produções de grande escala têm causado grandes problemas na saúde das pessoas, além de, cada vez mais, representarem grande parte nos gastos das famílias (NUNES e QUEIRÓS, 2019, p. 1).

Esta oficina teve como objetivo formar um grupo comprometido com a implantação e manutenção da horta na escola, para trabalharem também com os alunos dos anos iniciais nos turnos da manhã e tarde, visando desenvolver o contato próximo com a

[10] Membros da equipe em 2019: Aline Soares Teixeira Santos, Leidiane da Silva Ribeiro, Emily da Conceição de Santana, Iasmin Oliveira dos Anjos, Bruno Vale Nobre Batista, Ludmilla Leite dos Santos, Diego Almeida Cordeiro, Vitória Xavier Gorman e Élida Borges. Contamos também na equipe com Adão Nunes, ex-estudante da EJA, e a médica veterinária Luciene Santiago.

[11] Oficinas "pontuais" em 2019: visita ao Teatro Popular de Rio das Ostras: peça – Um monólogo para duas atrizes; Percussão corporal; Momento cultural do Acerbal; 6º sarau de poesia da EJA; Espaço solte suas feras; Espaço do RAP; Inauguração da Bibliofeira, nossa biblioteca geladeira; Ação de coleta de plástico e conscientização da população na praia de Costa Azul; UFF de Portas Abertas; Falando sobre drogas; Pintura em garrafas; Discutindo letras de RAP; Projeto EJA-UFF ocupa a praça; Festa do pastel e 2ª Mostras cultural do Acerbal; Visita ao Laboratório do Anatômico – UFF; Caminhada no Parque Municipal de Rio das Ostras; Oficina Jogo Africano; Oficina Autoestima; Aula de robótica; Oficina debatendo sobre drogas; Noite da EJA no Teatro Popular de Rio das Ostras – peça – A vez das borboletas; Oficina de artesanato e reciclagem; Oficina Racismo, juventude e identidade afro-brasileira; I Fórum de Mulheres na Ciência na Bacia de Campos (participação das estudantes da EJA); Preparando um bolo de fubá coletivo na EJA; Oficina sobre meritocracia; e Seresta da EJA.

natureza, reconhecendo seus processos cíclicos característicos do plantio e cultivo de alimentos.

Outra oficina desenvolvida neste mesmo ano foi a Tecendo linguagens: com leitura dramatizada e discussão sobre o texto e prática de algum tipo de arte manual, da professora Christiane Sheyla, que propôs esta atividade a fim de desenvolver o prazer da estética artística pela apreciação de textos literários e produção de trabalhos manuais. De acordo com a proponente:

> É inegável a importância da arte na formação do Ser. É por meio da arte que nos conectamos com nossa essência interior, aprendemos sobre o mundo e sobre nós mesmos. Por isso a arte e a fruição estética são essenciais na formação da humanidade e devem estar presentes em todas as fases da vida (MATTOS, 2019, p. 1).

Em nossas parcerias, contamos com a colaboração da estudante de Enfermagem Élida Borges, que, sob orientação da professora Alcina Nicol (Fiocruz), realizou a oficina "Conversando sobre infecções sexualmente transmissíveis", compartilhando informações sobre as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). De acordo com Borges e Nicol (2019), discutir a sexualidade é questão importante,

> [...] pois a desinformação contribui para o aumento da vulnerabilidade das ISTs. Desta forma a informação através de ações educativas intersetoriais, se faz necessário para a população em geral, principalmente para adolescentes e jovens o qual as relações sexuais têm iniciado mais cedo e com um maior número de parceiros, o que contribui para aumentar a ocorrência e persistência das ISTs. Devido à dificuldade das pessoas em identificar os sinais e sintomas, e da falta de um sistema de rastreio eficaz para detecção precoce destas infecções, as ações de informação em saúde sexual nas escolas são de alta importância científica e está inserida nas prioridades do Ministério da Saúde (BORGES e NICOL, 2019, p. 1).

Os estudantes também demandaram temas sobre políticas públicas e, por entendermos como elemento fundamental a intersetorialidade entre as políticas sociais, foi criada uma oficina intitulada "Bate Papo sobre Políticas Públicas", desenvolvida pelos estudantes membros da equipe Bruno Nobre, Vitória Gorman e o professor Bruno Teixeira.

Esta oficina realizou uma série de encontros em que os temas abordados giraram em torno das diversas políticas públicas existentes: saúde, assistência, previdência, segurança pública, uso e abuso de álcool e outras drogas, entre outras. Assim, podemos salientar a necessidade do debate pelo trecho:

> Em 2018, se celebraram 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada de "Constituição Cidadã", reconhecidamente uma legislação que efetivou uma série de avanços nas políticas públicas. Nesse sentido, essa oficina se justifica pela importância de celebrarmos marco tão importante na trajetória das políticas públicas brasileiras, assim como pela necessidade de debatermos sua implementação, com o intuito de levar os participantes a refletirem sobre este processo (TEIXEIRA et al, 2019, p. 1).

Dentro de cada ação, pretendeu-se promover o compartilhamento de informações sobre os serviços públicos oferecidos no município, convidando profissionais das áreas para tal tarefa, promover a reflexão crítica sobre o cotidiano escolar e a totalidade social sobre o dia a dia dos sujeitos, bem como uma aproximação dos alunos e profissionais da EJA aos serviços públicos prestados na região.

AÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Depois do ano de 2020, não podemos mais contar nossas histórias sem um "antes e depois" da pandemia de covid-19. O "antes" foi relatado neste breve artigo, no entanto, temos dúvidas se temos, no momento, condições para compreender o "depois", uma vez que ainda vivemos o luto coletivo e todas as outras perdas econômicas e sociais derivadas deste período.

A escola e a universidade foram duramente atingidas, com os cortes de verbas e ofensivas de desmonte das políticas públicas do governo de então. Houve alta taxa de evasão na escola, pois os estudantes da EJA precisaram dar atenção ao mais urgente e emergencial – a vida. Os professores foram obrigados a dobrar sua carga de trabalho, sendo esta categoria um dos alvos do desrespeito e ataques de toda ordem. Na universidade, no campus do interior, os estudantes não retornaram para o início do semestre, e muitos trancaram suas matrículas em função da necessidade de ajudarem suas famílias, buscando atividades de trabalho. As aulas remotas, estratégia encontrada emergencialmente, promoveram alguma forma de conexão, mas sem presença física.

Em nosso projeto, inventamos atividades para, ao menos, continuarmos ligados, como grupo de estudos e reuniões remotas. Também realizamos um evento chamado "Diálogos com a EJA", com convidados inspiradores, como o professor Miguel Arroyo. Neste evento, contamos com a participação de professores de outras turmas de EJA de escolas da região da baixada litorânea e também de outros estados, experiência bastante rica que ampliou nosso campo de estudos e nosso horizonte.

Ao retomarmos as atividades presenciais, no ano de 2022, compreendemos que precisaríamos compor novos laços entre nossa equipe e todos da escola, afinal ninguém era mais o mesmo! Assim, iniciamos o ano com uma grande roda de conversa com os estudantes e professores da EJA; ouvimos, falamos, levantamos temas, ideias e caminhamos durante todo esse ano com a vontade de construir novos vínculos a partir do trabalho com as oficinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com oficinas na turma de EJA tem reafirmado a possibilidade de modificação do espaço escolar, bem como a afirmação de uma outra maneira de pensar e construir o processo formativo. Os estudantes e professores da EJA (aqueles "fora de série) implicam-se neste processo como sujeitos ativos ao compartilharem seus saberes e estarem abertos à pluralidade de ideias.

Em relação à universidade – pública, gratuita e de qualidade – a certeza do necessário engajamento político nas diferentes realidades sociais nas quais está inserida, entendendo por político tudo aquilo que transforma, que muda o sentido ou a direção de alguma coisa, que faz emergir novos horizontes e potencialidades.

Nesse sentido, reiteramos o título deste trabalho – "Experiências de Formação Humana" – na perspectiva de uma ação da práxis, ou seja, sabendo que a práxis compõe a ação de transformação e suas mediações. O projeto tem como um dos seus elementos o fomento à transformação humana por meio de todos os elementos expostos neste artigo.

Ao longo deste trabalho podemos visualizar as relações diretas entre a junção de teoria

e prática, sejam pelas oficinas, trabalhos de conclusão de curso e relações diretas entre todos os atores que compõem o projeto. Tais ações corroboram para uma transformação que só pode ser obtida extrapolando os conhecimentos técnicos presentes no âmbito acadêmico.

Vemos, por exemplo, que o projeto não atua sobre uma base teórica fechada pautada em um conhecimento específico e engessada em si mesma, e que a relação dos múltiplos saberes reúne bases que vão desde a própria potencialidade do aluno sobre a sua percepção do mundo até os conhecimentos universitários, buscando assim promover uma valorização e universalização do saber humano.

Para os estudantes da universidade, é momento de expansão do processo formativo, de encontro com a realidade que é comum a muitos estudantes de um campus do interior, ainda que com um olhar crítico para realidade e nossa implicação com o que fazemos. Para os estudantes da EJA, é afirmação da sua existência como sujeito no mundo, afirmação de suas histórias e daquele espaço como coletivo e solidário, experimentação da potência transformadora contida na educação, assim como nos ensina Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre experiência e o saber de experiência**. Em: Revista Brasileira de Educação, nº 19, jan/fev/mar/abr, 2002, pp. 20 - 28. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf, acessado em 20 de outubro de 2019.

BORGES, E. e NICOL, A. **Conversando sobre infecções sexualmente transmissíveis.** Proposta de oficina apresentada ao PROJETO EJA-UFF, 2019.

CANDAU, V. M. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. Em: CANDAU,V. M., ZENAIDE, M. N. T. **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos, João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos; Secretaria da Segurança Pública do estado da Paraíba; Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão.** João Pessoa, PB, 1999.

CARVALHO, A. F. *et al* **Palavras que circulam: análise da formação a partir das oficinas de gênero e sexualidade.** Comunicação oral. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão realizado de 14 a 18 de novembro de 2018.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** Disponível em http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/ acessado em 16 de outubro de 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

MATTOS, C. S. M. *et al* **Quem são as (os) alunas (os) da EJA?** Compartilhando saberes e práticas. Comunicação oral. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão realizado de 14 a 18 de novembro de 2018.

MATTOS, C. S. M. **Protagonismo na EJA: um estudo sobre a implantação de oficinas em uma escola municipal de Rio das Ostras.** Projeto de Mestrado, 2016.

MATTOS, C. S. M. **Tecendo linguagens.** Proposta de oficina apresentada ao PROJETO EJA-UFF, 2019.

NOVAES, R. K. G. **Quem são? Resultado de uma pesquisa sociocultural dos alunos matriculados na EJA de uma escola municipal em Rio das Ostras.** Trabalho apresentado na VII Semana de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Rio das Ostras, 2018.

NUNES, A. e QUEIRÓS, P. **Horta orgânica escolar-comunitária: pensando a economia sustentável e a sustentabilidade do ser.** Proposta de oficina apresentada ao PROJETO EJA-UFF, 2019.

TEIXEIRA, B. F. *et al* **Bate papo sobre políticas públicas.** Proposta de oficina apresentada ao PROJETO EJA-UFF, 2019.

TOLEDO, L. M. **Gênero, sexualidades e educação: Uma pesquisa ação sobre oficinas de gênero no programa de Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Acerbal Pinto Malheiros no município de Rio das Ostras-RJ.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras, 2017.

POLÍTICA EDITORIAL

A revista UFF & Sociedade é um periódico acadêmico semestral da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense que tem por objetivo difundir e divulgar a Extensão Universitária, promovendo um espaço para o debate e estimulando a reflexão acerca das ações extensionistas desenvolvidas pelas instituições públicas de nível superior e sua repercussão na sociedade, tendo por esteios a Política Nacional da Extensão estabelecida pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) e suas diretrizes, as quais devem nortear os textos submetidos.

Os trabalhos enviados para publicação na revista UFF & Sociedade deverão obrigatoriamente ser artigos acadêmicos analíticos resultantes de estudos e revisões sobre temas relacionados à Extensão Universitária ou de experiências desenvolvidas nas áreas temáticas estabelecidas para a Extensão Universitária. Somente serão aceitos artigos inéditos e originais, não sendo permitida a sua apresentação simultânea em nenhum outro periódico. Os autores reservam para si todos os direitos autorais cabíveis e concordam em ceder à revista o direito de primazia da publicação e divulgação, bem como concordam com o uso pela publicação das imagens enviadas.

O conteúdo dos trabalhos é de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Conselho Editorial da revista UFF & Sociedade ou de qualquer membro da Pró-Reitoria de Extensão da UFF. Todos os artigos submetidos deverão ser redigidos respeitando a norma culta da Língua Portuguesa e deverão seguir as normas técnicas da ABNT para publicação em periódicos acadêmicos. É imprescindível que os originais referentes a trabalhos que envolvam seres humanos estejam de acordo com as melhores práticas, de modo que é necessário que sejam submetidos à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o qual deverá emitir parecer independente respaldando o referido trabalho (todo o processo de dá por meio da Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas que envolvem seres humanos). O referido parecer do CEP deverá ser encaminhado ao Conselho Editorial da revista UFF & Sociedade na ocasião da submissão do original.

Serão também publicados artigos de opinião, entrevistas e resenhas críticas de obras relacionadas à Extensão Universitária, todos a convite do Conselho Editorial da revista UFF & Sociedade, não sendo aceitos para publicação trabalhos de natureza dos citados neste parágrafo sem prévia solicitação.

Todos os trabalhos enviados para publicação serão submetidos à análise do Conselho Editorial da revista UFF & Sociedade, e serão avaliados quanto à originalidade e à contribuição para a discussão dos temas relevantes à Extensão Universitária, bem como quanto à qualidade da redação, adequação às normas e à atualidade das referências bibliográficas. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de rejeitar os trabalhos enviados em desacordo com a política de publicação da revista UFF & Sociedade.

Os trabalhos aprovados pelo Conselho Editorial serão submetidos à revisão pelos pares (professores da Universidade Federal Fluminense e professores convidados de outras instituições públicas brasileiras de nível superior com comprovada atuação na Extensão Universitária). Serão observados, além dos critérios gerais para publicação, a pertinência e a relevância social do tema abordado, a consistência teórica e metodológica da proposta, a qualidade argumentativa do texto, a originalidade, a atualidade de informação e o atendimento às normas éticas. Os pareceres de avaliação serão classificados nas categorias "aceito", "aceito com restrição" e "não aceito". Os trabalhos classificados na categoria "aceito com restrição" serão devolvidos aos autores para correções e modificações solicitadas pelos revisores. Os autores terão o prazo máximo de sete (7) dias, a contar do envio da solicitação, para reenviar o texto com as devidas alterações e modificações ao endereço eletrônico da revista UFF & Sociedade. Os trabalhos classificados na categoria "não aceito" serão devolvidos aos autores, os quais ficam cientes de sua não publicação. Serão omitidos aos revisores os nomes dos autores dos artigos submetidos quando de sua avaliação, bem como permanecerão em sigilo os nomes dos avaliadores dos trabalhos.

Admite-se um número máximo de seis autores por artigo submetido para publicação na revista UFF & Sociedade. Artigos com número maior de autores deverão ser justificados, sendo objeto da avaliação por parte do Conselho Editorial, ao qual fica reservado o direito de recusar artigos quando infundadas as justificativas. Os artigos submetidos deverão estar em conformidade com as normas estabelecidas pela política de publicação da revista UFF & Sociedade e com os itens listados nas normas para submissão, e deverão ser encaminhados exclusivamente para endereço eletrônico *revistaextensao.proex@id.uff.br* com o título do artigo no campo Assunto (não incluir o nome dos autores ou qualquer traço de identificação).

NORMAS PARA SUBMISSÃO

Quanto ao Formato: os textos devem ter entre 15.000 e 35.000 caracteres com espaço (incluídas referências e notas), em arquivo Microsoft Word 97-2003, ou em versão superior, formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaçamento 1,5 com margens 2,5 cm. Cada artigo submetido poderá conter até 10 imagens (fotografias, gráficos, tabelas, etc) obrigatoriamente em formato .jpg, com resolução mínima de 300dpi por imagem, anexadas em arquivo ZIP ou RAR. Todas as imagens deverão necessariamente conter título e deverão ser enviadas no mesmo e-mail separadamente do arquivo

Word, sendo o título publicado como legenda da imagem. Deverão ser sinalizados no arquivo Word os locais de inserção das imagens para publicação. Os autores ficam cientes de que imagens enviadas coladas no arquivo Word serão sumariamente desconsideradas, e ficam também cientes de que os arquivos coloridos de imagens poderão eventualmente ser publicados em preto e branco no caso de impressos. O uso de figuras, tabelas e quadros é encorajado e devem ser usados para ilustrar dados relevantes do texto, bem como as fotografias. Não serão aceitas fotografias posadas com membros integrantes de ações extensionistas ou eventuais participantes.

Quanto à Estrutura: os artigos deverão obrigatoriamente conter Título, Resumo, Palavras-chave, Título e Resumo em Inglês (Abstract) e keywords. Os nomes dos autores e suas afiliações não deverão constar no arquivo do artigo a ser publicado. Estas informações deverão constar em um arquivo adicional submetido no mesmo e-mail de submissão em paralelo ao manuscrito, com o título 'Identificação dos Autores e Afiliação'. Este arquivo não será enviado para os revisores, mantendo o sistema duplamente anônimo de avaliação. Os autores deverão atentar para não deixarem qualquer marca de identificação em outras seções do arquivo Word com o artigo. Os artigos deverão conter Referências bibliográficas. Todas as citações bibliográficas constantes no texto devem ser incluídas na seção 'Referências' e devem conter as informações bibliográficas: autor(es), ano, local e editora (em caso de livros), volume, número e número de páginas ou número (código) do artigo. Nome dos periódicos por extenso, nunca abreviados. Fontes noticiosas, blogs, páginas pessoais e similares deverão ser evitadas. Artigos devem ser a fonte principal, além de livros, coletâneas e capítulos de livros. Quanto ao conteúdo: a critério dos autores, os artigos poderão ser subdivididos, contendo Introdução, Fundamentação teórico-metodológica, Resultados (Relato de Experiência ou equivalente), Discussão e Conclusões/ Considerações Finais. Os subtítulos deverão estar em caixa alta e baixa, e sem numeração de ordem. Também fica a critério dos autores a inserção de agradecimentos. Serão recusadas as submissões de artigos em desacordo com as normas descritas acima, sendo os autores informados da recusa e da devolução do trabalho submetido.